



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS – PPGCPRI

YUNNA D'AVILA CARVALHO BATISTA

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM ESTUDO
SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2019)

João Pessoa - PB
2019

YUNNA D'AVILA CARVALHO BATISTA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM ESTUDO
SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2019)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

João Pessoa - PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333r BATISTA, Yunna Dávila Carvalho.
REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM
ESTUDO SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA
(2015-2019) / Yunna Dávila Carvalho Batista. - João
Pessoa, 2019.
77 f.

Orientação: Rodrigo Freire de Carvalho e SILVA.
Dissertação (Mestrado) - UFPE/CCHLA.

1. Desigualdade de gênero. 2. Perfil Deputadas
Federais. 3. Representação feminina. I. SILVA, Rodrigo
Freire de Carvalho e. II. Título.

UFPE/BC


YUNNA D'AVILA CARVALHO BATISTA

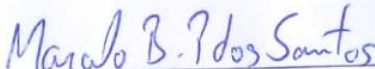
REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UM ESTUDO
SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2019)

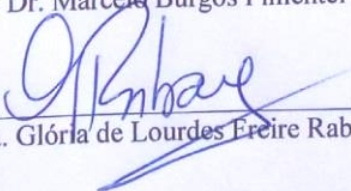
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Aprovada em: 25/03/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Orientador)


Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (Interno)


Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay (Externa ao Programa)

RESUMO

A desigualdade de gênero na política ainda é uma realidade comum em diversos países democráticos. No Brasil, o sistema eleitoral utiliza cotas eleitorais de gênero buscando nivelamento do jogo político. Esta pesquisa indaga sobre a representação de mulheres na política, analisando os perfis das parlamentares da 55ª legislatura (2015 – 2019). Os dados utilizados são do Tribunal Superior Eleitoral, Câmara dos Deputados e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, e compõem o perfil das mulheres eleitas ao cargo de deputada federal na eleição de 2014. A análise é feita via estatística descritiva e demonstra um avanço gradual a partir da entrada de mulheres na política, mas também evidencia fatores pontuais a serem superados, principalmente por meio de mudanças institucionais.

Palavras-Chave: Desigualdade de gênero; Perfil Deputadas Federais; Representação feminina.

ABSTRACT

Gender inequality in politics is still a common reality in democratic countries. In Brazil, the electoral system uses electoral quotas of gender seeking leveling of the political game. This research investigates the representation of women in politics, analyzing the profiles of parliamentarians of the 55th legislature (2015-2019). The data used are from the Superior Electoral Court, Chamber of Deputies and Inter-Union Department of Parliamentary Advice, and make up the profile of women elected to the position of federal deputy in the 2014 election. The analysis is done through descriptive statistics and shows a gradual advance from the entry of women into politics, but also reveals specific factors to be overcome, mainly through institutional changes.

Key Words: Gender inequality; Profile Federal Deputies; Female representation.

AGRADECIMENTOS

A etapa de agradecimentos seria longa caso fosse citar todos que me ajudaram diretamente ou indiretamente em todo o processo do mestrado. Cuidei de agradecer pessoalmente a cada pessoa que contribuiu nessa trajetória tão importante para mim. Alguns agradecimentos preciso reforçar formalmente nesse espaço por terem sido indispensáveis à produção deste trabalho de dissertação.

A Fapesq/CAPES por ter me concedido a bolsa de mestrado possibilitando dedicação exclusiva ao programa de pós-graduação e realização da pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva pela disponibilidade de seu tempo, ensinamentos e informações compartilhadas que me instigou na temática, e principalmente pela paciência dispendida em dúvidas, leituras e correções.

Aos integrantes da banca, professora Dra. Glória Rabay e professor Dr. Marcelo Burgos, pela participação e especialmente pelos comentários somatórios nesta pesquisa.

Ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, em específico aos professores coordenadores que sempre estiveram aptos a auxiliarem no que fosse necessário.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países da América Latina com cotas de gênero*	37
Tabela 2 – Quantidade de Deputadas Federais da 55ª Legislatura em Comissões Permanentes	50
Tabela 3 – Deputadas Federais 55ª Legislatura	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de candidatos de eleição geral por sexo.....	39
Gráfico 2 – Deputadas Federais da 55ª Legislatura por região (Valores absolutos)	46
Gráfico 3 – Reeleição Deputadas Federais da 55ª Legislatura	47
Gráfico 4 – Cargo anterior das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos) ...	48
Gráfico 5 – Deputadas Federais da 55ª Legislatura com atividade sindical por partido (Valores absolutos).....	49
Gráfico 6 – Contagem deputadas federais da 55ª Legislatura por partido	52
Gráfico 7 – Deputados Federais 55ª Legislatura por sexo e partido (Valores %)	52
Gráfico 8 – Escolaridade das Deputadas Federais da 55ª Legislatura	54
Gráfico 9 – Faixa etária das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos).....	55
Gráfico 10 – Estado civil das Deputadas Federais da 55ª Legislatura.....	56
Gráfico 11 – Principais profissões das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos).....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações políticas analisadas	45
Quadro 2 – Informações pessoais analisadas.....	45

LISTA DE SIGLA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

DEM – Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PODE – Podemos

PP – Progressistas

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
Problematização e objetivos	11
Justificativa.....	12
2 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	14
Democracia e representação	14
Democracia e desigualdade de gênero.....	19
Divisão Sexual do Trabalho e sua perpetuação na política	23
3 SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: UMA BARREIRA PARA REPRESENTAÇÃO FEMININA?.....	29
Para entender o sistema eleitoral brasileiro	29
As cotas de gênero.....	35
4 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	44
Procedimento metodológico	44
As deputadas federais da 55ª legislatura (2015-2019).....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A – RANKING DE CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL	73

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem perguntado sobre a ampliação da participação das mulheres na política, sobre suas performances eleitorais ou ainda se as cotas de gênero, como fator utilizado no sistema eleitoral, satisfazem a premissa básica de fomentar a participação da mulher na política. Estes questionamentos pautam-se na literatura sobre elegibilidade que mostra fatores eleitorais como influenciadores, embora não decisivos, na eleição de mulheres. Um exemplo disso no Brasil é a cota eleitoral de gênero, mostrando que apesar de sua característica legislativa ser um fator eleitoral influenciador em candidaturas de mulheres, há também fatores multicausais, encontrados em perfis, como por exemplo, o capital político.

Dentro da abordagem institucional se discute principalmente as características do sistema eleitoral brasileiro que se relacionam com a sub-representação de mulheres, seja em estudos comparados em análises de políticas afirmativas, como é o caso das cotas, ou implicações mais específicas de fatores ligados a perfil político-partidário. Nesse sentido, esta pesquisa pretende identificar o perfil político-partidário das deputadas federais que compõem a 55ª Legislatura, eleitas em 2014, e sua implicação na representação das mulheres na política.

Problematização e objetivos

Por razões sócio-históricas e estruturais os homens possuem maior vantagem em diversos âmbitos do campo político e também maiores ascensões de cargo, o que perpetua a representação masculina em todos os níveis do sistema eleitoral. Após a virada do século XX, principalmente com as críticas à democracia deliberativa¹, tornou-se necessário pensar estratégias de como organizar um sistema político mais igualitário. Pensar a inclusão como maneira de amenizar disparidades de gênero fez surgir o sistema de cotas, e políticas como essas tendem a viabilizar candidaturas de mulheres em cargos políticos, o que em tese impulsionaria positivamente as estatísticas de mulheres eleitas. No entanto, as estatísticas de mulheres eleitas em diversos países² para Câmara dos Deputados, por exemplo, apontam para uma porcentagem ainda desproporcional entre candidatas e eleitas, evidenciando uma sub-representação feminina em praticamente todos os níveis de cargos políticos.

Considerando a baixa representatividade da mulher um fenômeno que persiste diante pesquisas (REZENDE, 2017; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; ARAÚJO e

¹ De acordo com Pereira (2012) essa corrente teórica permitiu um avanço nas questões de inclusão na política, no entanto essa mesma corrente passou a ser alvo de diversas críticas principalmente acerca da real capacidade de incluir grupos historicamente excluídos.

² Ver 'A presença de mulheres no legislativo no mundo em 2018', gráficos de Almeida e Zanlorenssi (2018).

ALVES, 2007) que discutem os efeitos, limitações e perspectivas desse cenário político desigual, apontando para existência de vários fatores e por isso a necessidade de continuidade dos estudos nessa temática. Esta pesquisa indaga sobre a representação de mulheres na política, analisando os perfis das parlamentares eleitas em 2014 ao cargo de deputadas federais, compondo assim a 55ª Legislatura. Para tanto, esta pesquisa propõe atingir os seguintes objetivos:

Objetivo Geral	Analisar a representação política das mulheres na democracia brasileira a partir do perfil das deputadas federais da 55ª Legislatura.
Objetivos específicos	Apresentar o sistema eleitoral brasileiro, suas regras formais e incentivos fornecidos à busca da igualdade de gênero na política;
	Identificar, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, da Câmara dos Deputados e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o perfil das deputadas federais que compõem a 55ª Legislatura para observar a representação das mulheres.

Justificativa

A baixa representatividade da mulher na política é causada por mais de um fator, seja ele social, econômico ou institucional. Nos termos institucionais podemos mencionar algumas causas que representam barreiras para a entrada de mulheres nos cargos políticos, que são em maior número ocupados por homens, com estruturas internas enraizadas por um molde masculino de se fazer política. Em termos sociais e econômicos a herança familiar e político/econômica é principal ferramenta de candidatura e nesse sentido regras eleitorais vêm promovendo mudanças institucionais, no intuito de reparar ou amenizar esse fenômeno de poucas mulheres na política. Além do formato do sistema eleitoral utilizado para eleger o cargo de deputados, que será exposto mais adiante, a criação em 1995 da Lei de Cotas representa uma dessas mudanças, caracterizada mais tarde (2009) como minirreforma eleitoral por contribuir na obrigatoriedade dos partidos possuírem no mínimo 30% de candidatas.

A crescente quantidade de pesquisas, nacionalmente e internacionalmente, faz esforços para explicar e atingir as barreiras estruturais e institucionais para as mulheres na política. Isso

inclui diversas ações, seja a desconstrução de regras na tomada de decisão dentro dos partidos, nas práticas informais (naturalizando o homem para política), nas práticas formais (nos processos de seleção e nomeação de candidatos), ou analisando o impacto dos sistemas eleitorais nas oportunidades ou barreiras para as mulheres serem eleitas. Esmiucar características de melhores eleitas acaba sendo essencial para evidenciar alguns padrões estereotipados que não se sustentam mais.

No entanto, ainda há muita discussão sobre os diversos pontos que influenciam a eleição de mulheres. É o caso do efeito positivo na utilização das cotas no Brasil, que leva às discussões do que ainda precisa ser incorporado para que haja resultados mais representativos, não apenas na quantidade de mulheres candidatas, mas na eleição delas. Sobre isso, as análises sobre carreiras políticas no Brasil costumam identificar o capital político como altamente consistente e relevante.

Para tanto, o primeiro capítulo apresenta um panorama sobre a temática ‘democracia’, ‘representação’ e ‘desigualdade de gênero’, contendo uma revisão sobre a divisão sexual do trabalho e as primeiras conquistas de direitos civis e políticos das mulheres, principalmente via movimentos feministas. O segundo capítulo versa sobre o sistema eleitoral brasileiro, mais especificamente nas características: formato de representação, tipo de lista, cota de gênero e principais discussões sobre a relação entre o sistema eleitoral e a representação feminina. O terceiro e último capítulo descreve e analisa as estatísticas das eleições de 2014, no que diz respeito às mulheres eleitas ao cargo de deputadas federais, identificando o perfil das deputadas e como o capital político se relaciona com a baixa representatividade das mulheres.

2 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Este capítulo busca responder ‘por que defender a representação da mulher na política?’ Embora esta pergunta possa remeter ligeiramente a uma resposta afirmativa com justificativas pautadas na igualdade, ela exige uma problematização sobre temáticas e conceitos importantes que medeiam a presença feminina na política. Mesmo tendo-se como referência a conquista do voto como principal símbolo de direito político e civil, muito se teve que avançar, e nesse sentido a exigência por direitos políticos passa pela discussão sobre representação, e no âmbito de redemocratização as desigualdades precisam ser vencidas embora até os dias atuais elas se mantenham. Também se apresenta uma breve revisão sobre a divisão sexual do trabalho considerada eixo central do discurso de representatividade de mulher na política, pois daqui parte-se o principal entendimento de uma separação entre público e privado que historicamente deixou a mulher em desvantagem, principalmente no âmbito público e político.

Democracia e representação

Boa parte da literatura contemporânea em Ciência Política versa sobre a temática da organização democrática, principalmente na sua continuidade através da representação política nos Estados nacionais. No entanto, a representação envolve vários desafios que geram um conjunto de problemas aos princípios e anseios de um regime democrático (MIGUEL, 2014a).

Até meados do século XVIII a concepção de democracia está vinculada a uma premissa de que os cidadãos são iguais e que o processo de eleição seleciona os indivíduos mais preparados. Após metade do século XIX para o século XX teóricos democrata-liberais caracterizavam a sociedade capitalista de mercado teoricamente ético-humanista. Basta lembrarmos Schumpeter (1984), que considera a democracia um mecanismo de mercado onde votantes são consumidores e políticos são empresários. Nessa democracia que escolhe e autoriza governo se cria uma competição entre grupos de elite por meio de partidos políticos e votos que sustentam o governo até eleições seguintes. Essa é a percepção dos teóricos conhecidos por elitistas pluralistas, baseada em uma sociedade que não vai além do molde oligopolista: no disfarce da desigualdade de classe, na existência de um consumidor soberano que, no entanto, precisa de uma elite responsável pelos bens políticos para produzir um equilíbrio na sociedade (BATISTA, 2018).

Na sociedade moderna, ainda entende-se a democracia como processo de expressão de preferências e demandas de grupos e indivíduos por meio do voto. A democracia não deixa de defender esse pluralismo elitista, que busca maior distribuição de poder entre os consumidores/eleitores, influenciando, por sua vez, o sistema político em suas particularidades, agregadas agora aos mecanismos institucionais de representação. Do ponto de vista de Miguel (2014a)

O conceito de representação política se torna cada vez mais complexo, na medida em que a prática não se adapta aos modelos ideais correntes. A polissemia da palavra contribui para isso, pois a ideia de representação política é contaminada pelos diferentes usos de “representação” e “representar” nas artes visuais, nas artes cênicas, na literatura e no campo jurídico, entre outros (MIGUEL, 2014a, p. 117).

Para Dahl (2015) a democracia tem a característica da responsividade contínua em relação aos seus cidadãos. Estes, por sua vez, devem possuir oportunidades politicamente iguais de formular e expressar preferências a seus concidadãos e ao governo via ação individual e coletiva. Também são necessárias garantias institucionais de liberdades, direitos, fontes alternativas de informação, elegibilidade para cargos políticos, eleições livres e idôneas e instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

Embora Dahl desenvolva um conjunto de critérios de democracia, cuja efetivação parcial definiria uma organização como poliárquica, o ponto crucial – que transparece já no significado etimológico da palavra – é a presença de uma multiplicidade de polos de poder, sem que nenhum seja capaz de impor sua dominação a toda a sociedade (MIGUEL, 2014a, p. 111).

Nesse sentido é importante ressaltar que para Dahl (2012) a existência de inúmeros grupos influentes que entram em coalizões a fim de exercer as funções do governo se apresentam numa definição de elite dirigente. Mais tarde, em *Poliarquia*, Dahl (2015) apresenta um modelo claro e de alta operacionalidade na Ciência Política por sua característica de compreender o ‘poder’ e a ‘democracia’. Institucionalmente ele abordou a viabilidade e a eficácia da separação de poderes, a sobrevivência da democracia sem uma economia de mercado e a possibilidade de uma empresa democrática ser eficiente. Ele também versou sobre questões cuja intenção era determinar o melhor sistema de representação política, a condição de delegar dos especialistas ou ainda sobre os níveis de desigualdades (DAHL, 2015).

De acordo com Bobbio (2000), a representação política seria uma das promessas falidas da democracia, pois essa ideia de haver um representante que persegue os objetivos da nação tem obstáculos que impedem a realização de tal promessa. Dentre os obstáculos ele menciona a transformação da sociedade em economia de mercado, que por sua vez exigiu a competência de especialistas (a burocracia) que encontra o poder no vértice da pirâmide e, no entanto, defende que o poder está na sua base. Cita ainda o obstáculo do rendimento do Estado, que ao democratizar, no sentido de alargar o sufrágio, transformou o governo na função de resolução para tudo. Contudo, ele atesta que não há vantagem em sair das regras do jogo democrático, e não aceitar ou romper com essa representação democrática seria muito oneroso do seu ponto de vista. Noutras palavras, a democracia sempre é preferível que qualquer ditadura (BOBBIO, 2000).

A questão da representação é o cerne dos estudos de Hanna F. Pitkin (2006). Famosa pela crítica ao conceito de representação, com base nos clássicos da teoria política (Hobbes, Locke e Rousseau) ela trata inicialmente do paradoxo da enorme variedade do conceito para depois retomar a questão em uma crítica e sua impossibilidade lógica na política. No primeiro momento ela distingue os tipos de representação compreendidos em Hobbes como representação *acting for*, com característica procedimental de autorização, e em Locke como representação *standing for*, com importância na atividade legislativa que liga representantes e representados. No segundo momento ela busca em Rousseau o fundamento de sua crítica à representação, que para ela se trata de um sistema muito mais elitista que democrático. De acordo com Pitkin (2006) o conceito de representação é complexo e tem sido abstrato, pois diante das lutas políticas e institucionais que ascenderam na forma liberal de democracia representativa se ignorou a perspectiva de vontade geral³ de Rousseau. Dessa forma, Pitkin (2006) trata a representação política como impossível, porque representantes e representados jamais estarão em pé de igualdade: os cidadãos necessitam ter vontade expressa em ações políticas e não em uma vontade representada.

No entanto, os teóricos políticos que defendem a visão de representação de Pitkin (2006) falam de representação justa como um processo que não se dá de imediato, pois depende da responsividade com seu eleitorado e também com o produto da discordância de acordo entre os representantes que defenderão seus interesses. Essa característica presente nas

³ Para Rousseau os homens não podem usufruir de liberdade quando um indivíduo ou poucos indivíduos governam, uma vez que a lei não pode atender aos interesses particulares de um indivíduo ou um pequeno grupo, deixando de pertencer à vontade geral. A legitimidade se dá quando todos passam a obedecê-la mas sem ninguém estar acima dela. Daí que vem a distinção entre vontade geral e vontade de todos; a primeira está relacionada ao interesse comum, já a vontade de todos é tipo um junção das vontades particulares de cada indivíduo, logo se relaciona ao interesse privado (ROUSSEAU, 2002).

democracias representativas, isto é, ‘o que’ os políticos representam, e nesse sentido o modo *accountability*,⁴ é discussão importante dentro da temática. O reconhecimento de ‘autorização’ e *accountability* como instrumentos essenciais da legitimação e da manutenção de um vínculo governante/governado sustenta a esperança que a representação carrega no caráter democrático.

Nesse contexto, Anne Phillips (2001) compreende os limites da representação apresentando sua ‘política das ideias’ e ‘política da presença’. Para Phillips (2001) os eleitores sabem muito pouco sobre os candidatos e quando lhes é dado o poder de escolher o representante acaba-se optando por alguém que possua ideias que coadunem com as suas. Uma demanda por presença política igual entre mulheres e homens, de diferentes grupos étnicos, de inclusão dos grupos marginalizados, silenciados ou excluídos tem sido impulsionada por movimentos sociais a fim de obter um sistema mais justo. Em suma, ela diz que embora a ‘política de ideias’ seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco a ganhar apenas com ‘política de presença’. As duas têm fraquezas drásticas, por isso é um problema colocar as duas como opostas mutuamente excludentes, pois é na relação entre ideia e presença que encontra-se um sistema justo de representação. Isso pode parecer uma obviedade, mas na visão de Hanna Pitkin (2006), as atividades importam mais que as características, por isso representar possui o sinônimo de agir no interesse dos representados, sendo responsivo a eles. Na democracia representativa isso significa a “preeminência da *accountability*” (PHILLIPS, 2001).

De certa forma, a sensação que se tem é de desesperança no modo representativo de participar das atividades do governo, o que não implica na exigência do que foi prometido pelo representante. Ou seja, mesmo sem participar qualquer atividade além da votação, se exige que o representante cumpra minimamente o prometido. No entanto, na separação entre ‘quem’ e o ‘quê’ é para ser representado há subordinação do primeiro ao segundo. Assim a ‘política das ideias’ é desafiada por uma ‘política de presença’. Phillips (2001) tem preocupação na escolha do representante, que é a harmonia entre as crenças políticas e ideais, talvez combinada com uma habilidade superior para articular e expressar opiniões. Além do mais, a maior parte dos representantes são homens, perpetuando historicamente a ideia que existe uma predisposição política por parte deles. Para Phillips (2001) a representação

⁴ A *accountability* política indica, então, a obrigação que os poderes públicos têm de se responsabilizar por seus atos. Isto se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal), mas, sobretudo, à necessidade que os representantes têm de prestar contas e se submeter ao veredicto da população (*accountability* vertical) (MIGUEL, 2014a, p. 172).

adequada é cada vez mais interpretada como uma reprodução correta dos diferentes grupos sociais e em diferentes noções de representação (típica, especular ou descritiva).

Uma representação justa significa representação proporcional, mas a sub-representação de certas categorias é muitas vezes tão efetiva que nem se mostra como injustiça. A preocupação com estabilidade política tem sido uma força condutora. Mesmo com diferenças políticas, a força da ‘política das ideias’ encoraja os cidadãos e só assim se pode ter homens se unindo a mulheres; brancos a negros; católicos a mulçumanos; etc. (PHILLIPS, 2001).

Dahl (2012) afirma que mesmo em uma unidade pequena⁵, descentralizada e autossuficiente não se pode evitar a representação. Até no curso normal da vida social as unidades políticas pequenas e descentralizadas tendem a se expandir por meio de conquistas ou de coalizões e por questões de escalas a representação entra em jogo. Nisso, há um paradoxo em dizer que a representação é necessária, mas também de admitir que uma deliberação democrática requer co-presença de cidadãos e de que a representação só é legítima se o representante é de algum modo idêntico aos eleitores.

Em resumo, a representação é uma relação mediada entre os membros de um eleitorado num organismo de tomada de decisão; na qualidade de prolongar-se entre seus eleitores a representação oscila entre momentos de autorização e prestação de contas e seus discursos e ações vão de um momento a outro. Na visão de Young (2006, p. 155) a autorização e a prestação de contas devem ocorrer não apenas nas instituições, mas também “na arena pública da associação civil independente”, nesse sentido ela explica que se pode aperfeiçoar qualquer democracia representativa quando se utiliza de procedimentos em que os cidadãos discutam e avaliem as políticas entre si e também com os representantes. Esse procedimento pode resolver o problema passível de uma representação: o da desconexão com os representados que se afastam e deixam de participar se perceberem que não tem influência sobre as políticas produzidas. Dessa forma, uma democracia comunicativa e inclusiva exige mutuamente representação e participação.

⁵ Até mesmo na cidade-estado de Atenas, na Grécia Antiga, que inclusive ficou conhecida como o berço do “governo do povo” só estava apto a votar os cidadãos (homens adultos, o que quer dizer: maiores de dezoito anos, e com pais atenienses) tendo como Direitos a liberdade individual; a igualdade em relação aos outros cidadãos e o direito da fala na Assembleia e na realidade não eram todos os “cidadãos” que se habilitavam a discursar sobre os assuntos políticos da cidade, apenas alguns líderes ou homens ricos, já habituados a debaterem, argumentavam nas Assembleias. É tanto que aos poucos muitos cidadãos deixaram de participar das reuniões, pois eles sentiam maior vantagem em ficar trabalhando ao irem passar o dia inteiro assistindo longas discussões da qual não fariam parte, a não ser na hora de levantar o braço para finalizar as decisões (FUNARI, 2006).

Diante do exposto, pode-se apreender que os anseios democráticos trazem diversos contextos, que atrelados à forma representativa, podem remeter tanto a um equilíbrio e solução para toda sociedade, mas também a uma estratégia democrática com o fim em si mesmo. As diversas abordagens teóricas sobre representação, principalmente as mais críticas, acabam buscando formas de se ter representações mais democráticas e inclusivas. As controvérsias expostas sobre a representação não atacam sem fundamento os pressupostos democráticos, estão mais para uma defesa dos aspectos diversos de um complexo conjunto de instituições práticas representativas.

Democracia e desigualdade de gênero

A sensação de que o representante está cuidando dos interesses dos representados é geralmente dada por princípios, valores e prioridades julgados importantes e são verbalizados nas discussões. Os partidos são o veículo comum de representação de opiniões e quando estas discussões dizem respeito a algum tipo de experiência social, agregam valor à representação. No entanto, as experiências sociais podem evidenciar conflitos com interesses e opiniões diferentes, e nisso alguns grupos sociais acabam sendo sub-representados ou menos privilegiados.

Nesses termos, Young (2006, p. 169) diz que a desigualdade socioeconômica geralmente leva à desigualdade política. Um exemplo latente é que boa parte dos sistemas políticos têm mulheres em porção muito pequena em cargos públicos eleitos, e também são pouco presentes em “posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral”. É nesse contexto de desigualdades e sub-representação de determinados grupos que dispositivos políticos buscam aumentar a representação a fim de incluir e tornar mais justo esse processo. Os sistemas eleitorais buscaram estratégias para promover mais igualdade na representação política. No entanto, ainda é evidente que as barreiras de ingresso na política não foram derrubadas e por isso o problema da sub-representação é prioridade na agenda feminista.

No Brasil, por exemplo, dada a baixa representatividade de mulheres em cargos políticos cumpre-se a Lei nº 9.504/1997 que estabelece aos partidos ou coligações o registro de no mínimo 30% de candidatas mulheres. Bolognesi (2012) traçou uma evolução sobre a participação das mulheres depois da adoção desta lei e utilizou as eleições legislativas de 1998, 2002 e 2006 para fazer um comparativo das candidatas eleitas e não eleitas. Ele mostra a falta de incentivo e motivação com os quais as mulheres lidam para entrar em cargos políticos e como os partidos sofrem impacto direto das políticas formuladas, por isso ele diz

que mesmo acreditando na importância da inserção de minorias na esfera política, ressalta a defesa por mulheres e pelas cotas de gênero, que na sua visão podem servir inicialmente, mas não agem de modo efetivo no sentido de garantir a elegibilidade dessas mulheres (BOLOGNESI, 2012).

Retoma-se a discussão sobre a representação ser democrática, igualitária e que para isto não adianta apenas esperar a responsividade dos representantes, mas ter representantes capazes de defender os mais frágeis. Miguel (2014b) explica esse posicionamento:

Não importa que um parlamento exclusivamente ou quase exclusivamente masculino seja fruto de uma eleição em que as mulheres formavam metade (ou, na verdade, um pouco mais da metade) dos votantes. Esse parlamento não é capaz de representá-las de modo adequado e, portanto, são necessárias medidas corretivas, como as cotas (MIGUEL, 2014b, p. 98).

Bolognesi (2012) direciona para a importância do recurso financeiro, que representa relevância no sucesso político e também nos leva a outro ponto relevante: a carreira profissional, que pode ser crucial para o desenvolvimento dentro da política. Como o objetivo do autor nesse estudo é saber as consequências das cotas no momento de recrutar candidatos, e como a implementação das cotas modificou o jogo político dentro dos partidos, ele mostra-se ciente que existem diversas questões (cultural, social, econômica ou histórica) que interferem na inserção de mulheres nas elites políticas. Todavia, o processo de seleção de candidatos, interfere diretamente nas cotas de gênero e também nos partidos políticos já que são considerados monopolizadores de candidatura. Mas o incremento de cotas com o aumento na proporção das listas partidárias em relação à magnitude do distrito acaba por diluir a competitividade mantendo estável a proporção do sexo masculino (BOLOGNESI, 2012).

Para alguns estudos (ARAÚJO, 2009; HTUN e POWER, 2006), não há preconceito por parte dos eleitores para com as candidatas, e a pequena inserção de mulheres no parlamento está ligada também a dupla jornada de trabalho e a falta de incentivo no interior dos partidos. Observando dados de filiações partidárias, as mulheres representam uma proporção adequada com a PEA⁶ (População Economicamente Ativa), o que indica que as mulheres filiadas encontram alguma barreira para se candidatar, ou alguma espécie de requisito importante que as candidatas devem cumprir dentro e fora do partido, levando à defasagem na quantidade de candidatas eleitas (BOLOGNESI, 2012).

⁶ Os estudos mostram que em 2002, por exemplo, juntando os 27 partidos que disputaram a eleição teriam 43,5% de mulheres filiadas aos partidos. Aproximando com os dados da PEA (população Economicamente Ativa) as mulheres representam 43,6%, o que evidencia uma proporção equivalente com a massa filiada (BOLOGNESI, 2012).

Metaforicamente são muitos degraus que parecem se estreitar a cada elevação nesse processo de eleição de mulheres. Em Araújo e Alves (2007) são identificadas as variáveis de chances eleitorais de um candidato a deputado, e as variáveis ‘sexo’ e ‘escolaridade’ não exercem impacto nas chances eleitorais. Por outro lado, a variável ‘político profissional’ representa um filtro que gera exclusão na estrutura social e no interior dos partidos, considerando que as mulheres não ocupam lugar central nas listas partidárias. Os autores apresentam dados da razão de sucesso das candidatas eleitas por partido e compreende que existem estratégias dos partidos para conseguirem eleger candidatas, o que não implica dizer que a diferença está apenas na ideologia partidária, mas sim, na forma dos partidos traçarem perfis diferenciados para carreiras e comportamento político. Não são somente os aspectos institucionais que formam as políticas públicas e os partidos políticos, pois não são os únicos elementos capazes de explicar a exclusão de determinados grupos (ARAÚJO, ALVES, 2007).

Para Bolognesi (2012) o benefício para as mulheres ainda é pequeno, principalmente por considerar que o incentivo à carreira feminina política é bastante reduzido. Os dados descritivos apresentados por ele evidenciam uma tendência de maior participação feminina em vários países com base no avanço geracional que sugere outras formas de fazer política. Para ele, a cota eleitoral é política pública, mas também representa engenharia eleitoral, pois mesmo ela sendo uma política redistributiva ocorre no seio de uma instituição historicamente consociada, que são os partidos, e é absorvida pelo poder legislativo não passando de uma manutenção do jogo político.

Nesse sentido, a discussão sobre eleição de mulheres deve ser agregada a discussão sobre as regras e procedimentos que regulam sua atuação, isso porque até mesmo a distribuição de recursos legislativos (comissões e presidências em mesas) é muito desigual entre mulheres e homens. Isso implica no desafio que vai além de eleger mulher, mas de articular que as mulheres eleitas tenham recursos assegurados. Pesquisas da União Interparlamentar⁷ (IPU), organização com objetivos de realizar os contatos multilaterais dos parlamentares entre Estados soberanos, mostram que a presença de mulheres no poder potencializam mudanças na política e ainda apontam alguns fatores considerados decisivos para promoverem a igualdade de gênero no Legislativo. Dentre eles estão o apoio do partido (coalizão) governante, o trabalho de comissões legislativas, a atuação da bancada feminina e as regras que organizam seu funcionamento.

⁷ Ver <https://www.ipu.org/forum-women-parliamentarians>.

No entanto, as regras que organizam o processo decisório no Legislativo podem abrir margem para regras informais e aumentar a desigualdade de gênero. Dahlerup (2008) indica que o apoio externo de organizações e movimentos feministas, a melhoria na posição socioeconômica e garantias de trabalho e influência são alguns dos pontos cruciais para superar o dual cenário maioria/minoria. Na América Latina, muitas pesquisas sobre gênero e partido político indicam como barreiras à representação o caráter piramidal em que as mulheres ocupam em sua maior quantidade na base de posições menos influentes; inexistência de referências à equidade de gênero e termos afins; pequena oferta de capacitação e cursos de formação de lideranças femininas; ausência de princípios partidários e/ou de reserva de vagas para mulheres em órgãos decisórios dos partidos (REZENDE, 2017).

É indispensável, ao realizar análises políticas, considerar os fatores econômicos e sociais de formação e construção do país (KARAWCZYK, 2013; AVELAR, 2015). Nesses termos, também é imprescindível apontar para fatores mais específicos, relacionados à efetiva incorporação para a formação de candidatas (criação de capital social, financiamento de campanha, capacitação para assumir bancadas, comissões e lideranças), coisas que a lei de cotas não pode garantir. E por que todos esses fatores, e outros além, seriam necessários? Basicamente porque são as mulheres que em geral possuem menor apoio político, econômico e social, e pensar soluções para desigualdades implica em sistematizar um conjunto de fatores para assim promover estratégias eficazes (ARAÚJO, 2009; AVELAR, 2002; MIGUEL, 2014b; BIROLI, 2018).

O próprio pensar a produção de gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis, assim como no seu acesso a espaços e recursos. Em Biroli (2018), a subinclusão da divisão sexual do trabalho na agenda política e também na agenda da teoria da democracia se atribui a dois fatores: as assimetrias entre mulheres e homens com carga desigual produzida pela divisão sexual do trabalho; e a precariedade no exercício do trabalho doméstico. A autora fala que os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais não se esgotam nas relações de sexo e gênero, mas são definidos em conjunto com outras variáveis (classe, raça, etnia, geração).

Para Avelar (2015) é importante avançar nas pesquisas sobre o caminho construído pelas mulheres até a atualidade de participação/representação, principalmente na Ciência Política, pois é inquestionável o cenário atual de disputa política em que as mulheres cada vez mais são sujeitos políticos e democráticos. Por isso, buscar estratégias dentro do sistema eleitoral é o que países têm feito para conquistar a igualdade de gênero, considerando ser este um dos passos no caminho da qualidade democrática.

Divisão Sexual do Trabalho e sua perpetuação na política

É inevitável realizar qualquer discussão que remeta à temática ‘Mulher na política’ sem retomar ao suposto germe que iluminou a disparidade de direitos entre mulheres e homens. É essencial o reconhecimento de uma divisão do trabalho desvantajosa que limita as mulheres às atividades domésticas ao mesmo passo que não incitou a possibilidade de uma mínima participação em atividades públicas, como a política, por exemplo. Enquanto se construía uma espécie de “predestinação” dos homens aos espaços públicos, naturalizou-se a presença das mulheres nos espaços privados.

Desde Mary Astell, em 1690 e Mary Wollstonecraft, em 1790, já se argumentava sobre os “Direitos dos Homens”⁸, tanto seus direitos civis e políticos quanto seus direitos sobre as mulheres. Wollstonecraft foi autora de “Reivindicação dos Direitos das Mulheres” e conseguiu ir além de Mary Astell, que era escritora (de estilo irônico e sarcástico) e ocupava uma posição respeitável na sociedade, chegando a escrever um livro editado cinco vezes onde defendia a ideia de que todo indivíduo, inclusive as mulheres, seriam racionais e com possibilidade de melhoramento, contrariando os argumentos tradicionais da época.

De acordo com Pateman (1994), Astell pretendia quebrar o monopólio dos homens com um plano de educação. Sua crítica aos maridos pautava-se no poder arbitrário exigido através da força em vez da razão. No entanto, ela dizia que se não fosse capaz de obedecer ao marido, que continuasse solteira. Por isso muitas feministas não vão concordar em ter que escolher entre evitar o casamento ou ser submissa. ‘Liberdade natural’, ‘Igualdade’ e ‘Racionalidade’, premissas contidas nos Direitos dos Homens, foram essenciais para o surgimento do feminismo e da obra de Wollstonecraft, “Reivindicação dos Direitos das Mulheres” (PATEMAN, 1994).

Autoras como Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) abordam o conceito de ‘Divisão Sexual do Trabalho’ da seguinte forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

⁸ A Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão surgiu na eminência da Revolução Francesa em 1789 e se respaldou na necessidade de liberdades e direitos para humanidade.

Há também uma distinção dos princípios e modalidades da divisão sexual do trabalho, onde se alegam dois princípios: um de separação e outro hierárquico, que são válidos e se encontram em toda sociedade. As autoras chamam de “incrível plasticidade”, pelo fato de suas modalidades variarem no tempo e no espaço. Ao que tange as novas configurações da divisão sexual do trabalho, elas elencam itens como a “precarização e a flexibilização do emprego”, reforçando estereótipos de sexo; ou ainda a priorização do emprego feminino, observando aumento nos capitais econômicos, culturais e sociais dessas mulheres ativas, mas também uma camada de mulheres que possuem empregos e serviços de remuneração muito baixo e precário (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Lembrando que a legitimidade e forma de poder dos homens sobre as mulheres é o que Pateman (1993) irá chamar de ‘Contrato Sexual’, e nas suas palavras:

O contrato sexual é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 16-7).

Do mesmo modo que o contrato social de Rousseau não está escrito nos Direitos dos Homens, Pateman (1994) atesta que o caráter bidimensional desses direitos passa despercebido por duas razões: a dimensão facilmente disfarçada na linguagem universal tratada na palavra ‘homem’, e desse modo a diferença sexual se torna a diferença política. É necessário ressaltar que essa questão não se restringe apenas às mulheres, pois países americanos nem reconheciam determinados homens, os índios, por exemplo. Outra razão está na reivindicação dos direitos das mulheres como uma ampliação dos Direitos dos Homens (PATEMAN, 1994).

Nesse âmbito Wollstonecraft conseguiu ser notável por se posicionar em assuntos sobre a ordem existente da política ser construída sob a privação de muitos homens e de todas as mulheres. Ela, inclusive, desafiou a provarem a falta de razão das mulheres, pois na sua opinião o indivíduo ao melhorar sua razão e cultivar a sensibilidade pode desenvolver virtudes públicas e privadas, mas isso só terá espaço se for encorajado pela forma apropriada de relações e instituições políticas, exigindo radicais mudanças sociais. Ela insistia em afirmar que tanto o público como o privado e as duas dimensões dos Direitos dos Homens eram inseparáveis, que as mulheres deveriam ter educação, direitos políticos e independência, e as

relações entre os sexos deveriam ser radicalmente alteradas, principalmente no casamento (PATEMAN, 1994).

Hirata e Kergoat (2007) salientam dois modelos de vínculo social e as relações entre a esfera doméstica e profissional. No modelo tradicional o papel das mulheres é apenas doméstico, enquanto o dos homens é de provedor da família. Já no modelo de conciliação, além do papel doméstico é acrescentado às mulheres o papel profissional, chamado atualmente de conflito, tensão e contradição⁹.

A passagem de um modelo para o outro pode ser facilmente visualizada a partir da Revolução Industrial, que não deixa de representar uma transformação no vínculo social das mulheres. Obviamente as condições de trabalho eram desiguais em diversos níveis (cargos, salários e relações pessoais) e muito embora representasse um avanço para determinadas classes¹⁰, a conquista por direitos públicos e políticos para muitas mulheres parecia distante ou impensável.

A histórica exclusão da mulher na vida pública e no sufrágio reflete o monopólio de homens com autoridade, resolvendo o meio público e também o privado. O movimento das *Suffragettes*, na Inglaterra no início do século XX, chamou a atenção para a exclusão da mulher na vida pública e influenciou movimentos feministas em quase todo o ocidente. Considerando que até o início do século XX os pais ou maridos eram os representantes legais das mulheres, as sufragistas começaram a reivindicar representação própria por meio do voto, justificando que se as mulheres continuassem sem poder de voto, seus direitos nunca seriam defendidos e suas vidas não teriam perspectiva de melhora porque os políticos não as viam como eleitorado. (KARAWCZYK, 2013).

De acordo com Abreu (2002), até 1905 suas manifestações eram vistas como “dentro da ordem pública”, e as táticas utilizadas pelos movimentos da Inglaterra e dos Estados Unidos era assimiladas até então. Particularmente em Londres, os movimentos passaram a ser considerados “agressivos”, quando as sufragistas utilizaram táticas “menos moderadas”, como atentados à ordem pública, pois ao ver delas o movimento precisava ganhar atenção, força e suas táticas precisariam ultrapassar os jornais, panfletos e discursos. Assim, os movimentos começaram praticar atos mais visíveis (quebrar vidraças, queimar caixas de correios e até

⁹ As autoras aprofundam o debate a partir do cenário que inclui as mulheres no âmbito profissional, em que elas passam a se dedicar em suas carreiras e em contrapartida acabam precisando de alguém para cobrir seu trabalho doméstico, que não é levado em conta quando se exige maior envolvimento no mundo profissional. Nesse contexto, elas acabam contratando outras mulheres em situação precária para que elas possam continuar realizando seu trabalho profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007).

¹⁰ A questão de classe é de fundamental importância para que não seja escamoteada uma classe pobre que sempre trabalhou e acabar tratando o ‘trabalho’ como avanço e conquista de direitos de forma generalizada.

mesmo quando eram detidas em manifestações faziam greve de fome na cadeia como forma de protesto), chegando ao ápice com a morte de uma sufragista¹¹ integrante do movimento.

Apesar das tentativas de reprimir o movimento e suas militantes, associando negatividades e desvantagens às mulheres que se envolvessem com a causa, em 1917, na Inglaterra, ementas e projetos de lei foram apresentados em prol do direito ao voto às mulheres maiores de 30 anos. Embora representasse um avanço, o limite de idade era uma forma de restringir o voto às mulheres que eventualmente já eram casadas e mães, considerando que assim elas não teriam como participar efetivamente da política. Enquanto nos Estados Unidos as constituições estaduais já haviam incluído o voto feminino em 1890, sendo debatido e aprovado no Congresso Nacional americano em 1913 e 1920 respectivamente, no Brasil foi formalmente instaurado apenas em 1932 (KARAWJCZYK, 2013).

Um marco importante para a disseminação dos direitos civis e políticos das mulheres veio em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), pela Organização das Nações Unidas (ONU), que fez seus Estados membros incorporarem às suas leis constitucionais os artigos contidos na Declaração. Mais que isso, a proclamação da assembleia geral da DUDH, ao citar “indivíduo” ou “humano”, reformula de forma universal, conceitos e objetivos que teoricamente precedem o respeito e o reconhecimento dos direitos de todos. Desde então, a ONU tem realizado estudos de desenvolvimento humano com a criação de índices que auxiliam os países na promoção de medidas progressivas, e por outro lado, informam e influenciam o mundo nas avaliações de políticas e busca de igualdade de direitos.

Em decorrência das ações da ONU vale mencionar a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher ocorrida em Pequim em 1995, que foi muito importante pelo fato da grande quantidade de participantes, pelos avanços em conceitos e programas, mas principalmente, pelas avaliações realizadas das conferências anteriores, identificando as áreas de maior prioridade na superação de obstáculos para as mulheres. Os pontos apontados eram:

proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e a

¹¹ Emily Davison era membro do Women's Social and Political Unit (WSPU), fundada por Emmeline Pankhurst. Seu ativismo era considerado “radical”, foi presa diversas vezes e mesmo assim continuou no movimento. Sua morte ocorreu em um hipódromo, que recebia milhares de pessoas inclusive monarcas, quando ela abriu caminho no meio da multidão e entrou na pista dos cavalos com uma bandeira do movimento. Ela sofreu muitas lesões e foi levada ao hospital, mas faleceu poucos dias depois. Muitos questionam se o motivo da sua morte foi pelo movimento ou se foi acidente, já que ela queria chamar atenção para causa mas que não havia planejado tal ação (KARAWJCZYK, 2013).

capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (ONU, 1995).

Partindo da avaliação desses obstáculos, que impedem a igualdade entre mulheres e homens, se traçam diretrizes a serem executadas pelos governos via programas especiais. Particularmente em relação à conquista do poder, descrita como uma das preocupações, as metas são direcionadas para equidade de gênero nos órgãos governamentais e nos partidos políticos. O documento atesta que a representação feminina na política é importante para busca efetiva da democracia e proporciona o desenvolvimento da cidadania, direito fundamental para a igualdade, elevando conquistas em diversos veículos de participação e ação política no mundo (ONU, 1995).

Quando Pateman (2010) pergunta se todas as mulheres do mundo são cidadãs com “pleno” direito, ainda é possível levantar debates e evidências com resposta negativa. Isso porque o sufrágio é o primeiro símbolo de cidadania e se se comparar curtos intervalos de tempo nota-se como muitos países paulatinamente o adotaram. No entanto, o voto constitui apenas uma parcela da cidadania e outros direitos políticos tornam-se cada vez mais imprescindíveis. Os índices de desenvolvimento humano criados pela ONU evidenciam inúmeros pontos em que as mulheres ainda são “menos” cidadãs que os homens, no sentido de ainda existirem obstáculos difíceis de serem superados, como a pobreza, mesmo com a melhoria de alguns índices de saúde (redução de doenças), educação (redução do analfabetismo) e trabalho (mulheres em cargos públicos). Ainda assim, as desigualdades de rendimento aumentam onde vive maior parte da população mundial.

No Brasil, Alves et al (2017) apontam algumas situações que, embora tenha havido redução das desigualdades, elas ainda são presentes. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil já caiu para menos de 20 mil entre os anos de 2010 e 2015, mas chegou a quase 80 mil entre 1950 e 1955, surtindo efeitos, sobretudo, para as mulheres que reduziam parte de seu período reprodutivo e arcavam com uma responsabilidade altíssima. Sem esquecer de mencionar as principais causas de mortalidade materna (hipertensão, hemorragias, infecções pós-parto e aborto inseguro), que representam a ineficiência dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Na educação, a redução das desigualdades de gênero foi indubitavelmente exponencial. Dados do censo de 1991 registram o marco da primeira vez que as mulheres ultrapassam homens no número médio de anos de estudos, diferença esta melhorada e ampliada no censo de 2010, que também mostra o aumento de 2,2 milhões de mulheres a mais que homens com curso superior, destacando o Brasil como um dos países que conseguiu reverter esse quadro de desigualdade, muito embora ainda haja uma segregação por área de estudo, levando as mulheres a serem menos absorvidas pelas ditas ciências *hard*.

No mercado de trabalho, o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina foi de 16,3 milhões de 1950 para 2010. No entanto, a elevação de mulheres no mercado de trabalho não significou a eliminação das diferenças ocupacionais, nem da desigualdade salarial ou da menor presença delas no serviço doméstico não remunerado. Em 2012 a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) destacou o dispêndio das mulheres em afazeres domésticos de 21 horas semanais, enquanto os homens dedicam em média 10 horas semanais (ALVES et al, 2017).

Não se trata de simplificar as desigualdades de gênero em situações pontuais, mas de evidenciar como a dura luta por relações mais igualitárias perpassa esferas familiar, econômica, social e principalmente política. Quando Pateman (2010) problematiza que direitos políticos ainda precisam ser atingidos refere-se mais especificamente ao direito das mulheres serem eleitas, embutido nisso que os direitos políticos forneçam condições que possibilitem igualdade entre candidatas e candidatos, a fim de deixar de ver os direitos como propriedade dos homens e ver como parte central da disputa eleitoral. E por que repetir essa problematização nos dias atuais? De acordo com os números da IPU, a média de mulheres nas legislaturas em todo o mundo em 2018 só chega a 23,8%, isso com grande variação de país para país. O Brasil ocupa a 132ª posição no ranking da IPU¹² com 15% de ocupação na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado.

Podemos agora partir para uma discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro, suas especificidades e o questionamento sobre as barreiras ainda existentes para representação feminina. O que os estudos dizem sobre nosso sistema eleitoral? Quais as experiências testadas que apontam para a resolução do fenômeno da baixa representatividade?

¹² Ver Anexo A – Ranking de Classificação Mundial (IPU, 2018).

3 SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: UMA BARREIRA PARA REPRESENTAÇÃO FEMININA?

Autores especialistas na área de sistemas eleitorais (NICOLAU, 2004; AMES, 2003) já apresentaram estudos sobre o formato brasileiro eleitoral com grande categoria. A pretensão aqui será sintetizar, criando condições básicas de compreensão do nosso sistema brasileiro, especificamente o Legislativo, para assim fornecer bases para o próximo capítulo sobre as deputadas federais eleitas em 2014 que compõem a 55ª Legislatura iniciada em 2015 e encerrada em 2019.

Para entender o sistema eleitoral brasileiro

Na visão de Nicolau (2004), os sistemas eleitorais são mecanismos utilizados para computar votos e estabelecer mandatos via eleições, ou seja, é a forma institucional de escolher nossos representantes políticos. No Brasil, essa escolha de representantes se dá por duas maneiras: todos os cargos do poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos) e o cargo de Senador (que pertence ao poder Legislativo) utilizam o sistema majoritário. Já os demais cargos do Poder Legislativo utilizam o sistema de representação proporcional.

Durante as leituras e pesquisas, principalmente em ano de eleições gerais, é comum a assimetria de informações dos eleitores em relação ao sistema que elege os candidatos, gerando muita crítica e dúvidas sobre seu funcionamento. Diante da extensão territorial do Brasil, com uma população acima de 209 milhões¹³ de pessoas e um eleitorado com mais de 147 milhões¹⁴ de votantes, o formato misto eleitoral vem sendo utilizado com o propósito de atender essas características dentro dos princípios democráticos e representativos.

No clássico trabalho de Duverger (1970) já existe uma teoria que possibilita a discussão sobre qual sistema pode melhor se adequar a um país, o que serve para contextualizar com a realidade e com diversos fatores sociais, econômicos e culturais. De antemão ele aponta como tendências: no sistema eleitoral de ‘representação majoritária relativa’ se obtém um bipartidarismo de partidos grandes se alternando no poder; já no sistema eleitoral de ‘representação majoritária absoluta’, tende-se ao pluripartidarismo com relativa estabilidade, eleições flexíveis e dependentes; e em uma ‘representação proporcional’ também há um pluripartidarismo, com partidos mais rígidos, estáveis e independentes.

¹³ Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101597> Acesso em dez. de 2018.

¹⁴ De acordo com TSE (2018).

Há controvérsias no debate sobre o tipo de sistema (majoritário ou proporcional). Santos (2007) demonstra que é frequente se afirmar que os sistemas eleitorais são responsáveis pela qualidade da representação e que os sistemas majoritários teriam mais defensores em relação ao sistema proporcional. Para ele, ambas afirmações são sem fundamento, pois a qualidade da representação ou as condições suficientes de governabilidade se encontram em fenômenos que não estão, essencialmente, nos sistemas eleitorais.

Agora algumas observações sejam ditas: o formato representativo da democracia moderna busca o equilíbrio entre partidos e eleitores, um modo institucional que possibilite os representados se sentirem pertencentes ou redundantemente representados. Nesse sentido, vale a pena realizar a discussão sobre o sistema utilizado no Brasil, principalmente o debate sobre o sistema proporcional de lista aberta.

O sistema majoritário é subdividido em *maioria simples*, onde o candidato é eleito se receber mais votos que seu concorrente e em *dois turnos* ou *maioria absoluta*, onde o candidato precisa atingir uma maioria absoluta, isto é, obter mais que 50% dos votos no primeiro turno para ser eleito, caso contrário os mais votados disputarão um segundo turno; e em *voto alternativo* o candidato também é eleito caso consiga 50% dos votos, mas se isso não acontecer é realizada uma transferência de cédulas dos candidatos até se atingir uma maioria absoluta (NICOLAU, 2004).

Os cargos de presidente, governadores e prefeitos seguem o sistema majoritário de dois turnos, e caso o candidato não atinja mais que 50% de votos no primeiro turno ele deve concorrer em um segundo turno com o segundo candidato mais votado. O cargo de senador, apesar de pertencer ao Poder Legislativo, utiliza o sistema majoritário. Considerando esse cenário, é comum a confusão dos eleitores sobre o sistema eleitoral, uma vez que as regras para eleger deputados (federais e estaduais) e vereadores já ocorrem pelo sistema de representação proporcional. Por isso, é frequente o debate sobre sistemas proporcionais e majoritários onde geralmente se advoga que o primeiro favorece maior participação e que o segundo possui maior governabilidade. Isso porque de fato as fórmulas proporcionais dão origem a parlamentos multipartidários, mas em contrapartida acaba sendo uma ratificação da promessa de representatividade. (SANTOS, 2007).

De modo geral, Ames (2003), no seu estudo sobre as eleições parlamentares brasileiras, expõe a representação proporcional como um sistema que tem o intuito de garantir cadeiras aos partidos proporcionalmente à quantidade de votos e a depender da fórmula

eleitoral usada para alocar essas vagas¹⁵. Geralmente nesse tipo de sistema de representação proporcional se usa uma lista fechada para escolher os candidatos, ou seja, os partidos preparam uma lista ordenada dos candidatos e os eleitores votam no partido que por sua vez indica quem irá ocupar o assento. Mas no Brasil o sistema utiliza o formato de lista aberta e dessa forma os eleitores podem votar no candidato que preferirem ou na legenda do partido. Ao final da votação uma fórmula determina quantas vagas cada partido receberá e os candidatos são ordenados de acordo com a quantidade de votos que receberam. Para exemplificar: se um partido tem o direito a 10 vagas no formato de lista fechada entram os 10 primeiros da lista estabelecida pelo partido, já no formato de lista aberta entram os 10 mais votados.

De modo mais específico e didático, Nicolau (2017) explica o processo seguido na representação proporcional de lista aberta. Em uma primeira etapa os votos nulos e brancos são eliminados por representarem votos não válidos; o autor inclusive usa a expressão “jogar voto fora” por serem votos que não fazem parte do processo decisório.

Na segunda etapa somam-se os votos dos candidatos (votos nominais) aos votos de legenda de um partido/coligação. Quando há coligações é criada uma lista única com o nome de todos os candidatos de todos os partidos coligados. Nesse sentido, os eleitores que votaram na legenda partidária computaram seus votos para a coligação, assim o cálculo do quociente eleitoral se realiza baseado em todos os votos recebidos pelos candidatos e pelos partidos coligados, o que acaba não beneficiando um partido individualmente (NICOLAU, 2017).

Na terceira etapa se calcula o quociente eleitoral e isso elimina os votos de alguns partidos, dividindo os votos válidos pelo número de cadeiras do estado na Câmara dos Deputados. Para isso é necessário aguardar a apuração para saber a quantidade de votos válidos e não-válidos. É possível uma estimativa, mas é basicamente o seguinte: quanto menos cadeiras tem o estado mais difícil é para o partido conquistar uma cadeira (NICOLAU, 2017).

Na quarta etapa são distribuídas as cadeiras entre os partidos, lembrando que a proporcionalidade é em relação à votação obtida pelos partidos e coligação. Essa etapa é composta por duas fases: na primeira fase se divide os votos dos partidos e coligações pelo quociente eleitoral e o resultado é o número de cadeiras que cada partido obterá. Na outra fase, se houver cadeiras não preenchidas é feita uma divisão do total de votos de cada partido

¹⁵ O número de vagas por estado é de 8 a 70, de acordo com o tamanho da população. No entanto existem críticas em relação à proporcionalidade, pois estados de população elevada, no caso de São Paulo, necessitaria de mais cadeiras do que o limite atual permitido.

pelo número de cadeiras que ele obteve na primeira fase, sendo acrescida mais uma cadeira e nessa lógica as cadeiras das sobras irão para os partidos com maior média (NICOLAU, 2017).

A última etapa da representação proporcional de lista aberta é preencher as cadeiras com candidatos de cada partido, usando a regra majoritária, isto é, as cadeiras são ocupadas pelos candidatos mais votados, mantendo na suplência os candidatos subsequentes (NICOLAU, 2017).

Para Ames (2003) a lista aberta proporciona ao eleitorado a determinação dos segmentos da representação. No entanto, ele aborda que se houvesse no Brasil a representação proporcional com lista fechada beneficiaria a classe dominante, embora em outras sociedades a raça e o gênero se beneficiem. Podemos considerar nosso sistema eleitoral muito recente, e por isso muitos eleitores fazem confusão por acreditarem que a eleição dos cargos para deputados, por exemplo, ocorre na mesma simplicidade que o sistema majoritário. Até mesmo a falta de informação levanta críticas sobre o formato proporcional acabar representando uma pequena parcela dos eleitores, enquanto um candidato não eleito tenha obtido muitos votos.

De acordo com Nicolau (2017), em 2014 o total de candidatos eleitos chega a 65% dos votos nominais; os suplentes receberam 32% e os candidatos que concorrem por partido que não atingiram o quociente eleitoral é de 3%. Ressalta-se que o número de votos dos candidatos irá depender de vários fatores, dentre eles o sucesso de alguns nomes que acabam sendo puxadores de legendas, ou ainda o padrão de disputa entre os candidatos de uma lista, o total de votos de legenda, dentre outros.

Para Santos (2007), o problema real e naturalmente democrático seria justamente o de (re)conciliar conflitos e garantir a cooperação produtiva entre milhões de seres humanos isonômicos e convertendo em governabilidade representativa. Os sistemas eleitorais representam mecanismo essencial na formação dos parlamentos, entretanto não estão claras as ramificações dessa importância. Isso porque os sistemas eleitorais não filtram caráter ou competência parlamentar, o que ocorre é a capacidade de acúmulo de votos e isso não significa que haja relação direta com as competências de um candidato.

A discussão sobre o sistema eleitoral ganha outra proporção quando perpassa a representação feminina. Diante da realidade brasileira que evidencia o cenário de desigualdade de gênero na política, a temática de sistemas eleitorais passa a incorporar o debate acerca das desvantagens e possibilidades que um tipo de sistema pode oferecer às mulheres.

Na visão de Nicolau (2017) uma das observações dos sistemas eleitorais é principalmente a fragmentação partidária, onde os sistemas eleitorais produziram efeitos

mecânicos e psicológicos. Os primeiros efeitos têm a tendência de os sistemas eleitorais darem um bônus aos partidos mais votados e sub-representarem os partidos menos votados. Já os segundos efeitos afetam a maneira que os eleitores e dirigentes partidários fazem sua escolha. O que os dados acabam mostrando é que os sistemas eleitorais majoritários realmente têm um legislativo com menor fragmentação e com gabinetes mais estáveis, politicamente subtraindo-se menor necessidade de coalizão pós-eleitoral.

Como já foi dito, Santos (2007) atribui inexistente valor explicativo ao sistema eleitoral, mas derivando dele a fragmentação parlamentar, utilizando índices de fracionalização partidária que não trazem informação sobre o sistema partidário e ainda atrelando o número de partidos à estabilidade democrática ou governabilidade parlamentar. As fórmulas majoritárias tendem a produzir legislativos unipartidários e menos fragmentados, mas as eleições são mais desproporcionais e aumentam a dificuldade para mulheres. Os sistemas proporcionais tem fragmentação maior, desproporcionalidade menos intensa e taxa maior de mulheres representadas, mas dificilmente o partido mais votado obtém maioria absoluta no Legislativo. Seria uma maior representatividade frente a uma menor governabilidade.

Tanto em Nicolau (2017) quanto em Santos (2007) um sistema eleitoral indica em que medida adotar um ou outro sistema afeta a eleição de mulheres. De fato, o aumento na quantidade de partidos políticos no Brasil tem mostrado uma relação direta com o aumento de mulheres eleitas. Nas eleições gerais de 2006, quando se tinha registrados um total de 27 partidos políticos o resultado eleitoral foi de 45 mulheres eleitas. Nas eleições gerais de 2014 o número de partidos políticos cresce para 32 e a quantidade de mulheres eleitas chega a 177 (TSE, 2006; 2014). Nesse sentido, autores (NORRIS, 2003; ARAÚJO e ALVES, 2007) defendem que no sistema proporcional há mais chances de haver representação das pessoas, tendendo a ser o sistema mais benéfico à ascensão das mulheres na política pelo efeito-contágio.

No histórico mostrado em Blay (2017), o Brasil entre 1932 a 1982 não teve muita alteração na representação na Câmara dos Deputados: apenas 29 mulheres ocuparam cargos durante esse período de cinquenta anos. A partir de 1982 houve um aumento de candidatas que se deu pela redemocratização e multipartidarismo e os grupos de mulheres já existentes se ampliaram e se diversificaram. Mulheres das camadas mais populares que já atuavam noutros segmentos (associações de bairros, igrejas, sindicatos, coletivos de estudantes), passaram a sistematizar demandas que caminhavam às eleições e à luta democrática.

Entretanto, não parecia (e não é) suficiente um pluripartidarismo para que as mulheres pudessem disputar o poder, ganhar eleição e defender pautas feministas ignoradas há tempos – as condições e remuneração iguais de trabalho, direitos reprodutivos, violência, modificações no código civil, para citar algumas.

Um idealismo cego impedia que nós, mulheres, tivéssemos clareza sobre a verdadeira disputa que ocorria: o poder. Mais do que nunca se esclarecia a óptica de que o “pessoal” é político: todos os temas que afetavam a vida das mulheres e as relações sociais de gênero estavam cristalizados em monumentais determinações políticas, em legislações aparentemente irremovíveis (BLAY, 2017, p. 86).

Apesar da abertura legalizada¹⁶ com a redemocratização e a criação de novos partidos, parecia impenetrável o campo político. Em termos estratégicos, para as mulheres ganharem eleições e se sentirem representadas, foram muitas reuniões, militâncias, criação de agendas e adequações institucionais. Além disso, o desconhecimento do funcionamento, da importância dos partidos políticos e os fracassos institucionais que evidenciaram a essencialidade de recursos financeiros para promoção de políticas públicas só deixavam evidente a necessidade de aprender a jogar o jogo político.

Desde o estabelecimento do pluripartidarismo as mulheres adentraram mais nos partidos pequenos. De acordo com os trabalhos de Araújo (2001) há uma maior viabilização das mulheres nos partidos pequenos, como se a fragmentação partidária não fosse ruim para as mulheres. Só que para Nicolau (2004) nem sempre criar um novo partido ajudará na eleição de mulheres e outras minorias, já que em geral menos que dez partidos as elegem. Logo, o novo partido teria que chegar ao patamar dos dez mais importantes, e mesmo fazendo coligações partidárias o percentual ainda é baixo.

Nas coligações partidárias existe a união de alguns partidos, no entanto, se mantém sua autonomia organizacional apresentando lista¹⁷ própria de candidatos nas eleições e tendo votos agregados para eleitos do cálculo das cadeiras. A fórmula usada para as cadeiras no Congresso é a D'Hondt. Ela impede os pequenos partidos de alcançarem o quociente eleitoral, assim esses pequenos partidos buscam alianças com os grandes partidos para aumentar a soma

¹⁶ Ainda no governo de Figueiredo se reestabeleceu o pluripartidarismo, via lei n. 6.767 de 20 de dezembro de 1979 (BLAY, 2017).

¹⁷ A lista livre, os partidos apresentam uma lista não ordenada de candidatos e o eleitor pode votar em um partido ou em um ou mais candidatos (isso de acordo com a magnitude do distrito). A lista flexível o eleitor intervém no ordenamento dos candidatos feito pelos partidos antes das eleições, se eles concordarem com a lista votam no partido.

de votos e assim conseguir uma cadeira. Essas coligações são meramente eleitorais e não significam ação conjunta na Câmara.

Apesar de Ames (2003) considerar o sistema eleitoral brasileiro muito democrático, ele também diz que essa flexibilidade e abertura só acontece por causa da fraqueza dos partidos e da personalização da política, ocasionando a corrupção e imobilização de políticas públicas. Nesse contexto, a temática da proporcionalidade da alocação de cadeiras é bem mais complexa do que se pensa. Como nos Estados Unidos (EUA), o nosso legislativo é bicameral, mas no Brasil se favorecem os pequenos estados, tanto na Câmara como no Senado Federal, isso porque cada estado é representado por três senadores, contudo, os estados com população elevada (caso de São Paulo) possuem os mesmos três senadores que um estado com uma população menor. Na Câmara, de outro modo, mas com o mesmo problema, a regra diz que nenhum estado pode possuir menos que oito nem mais que setenta cadeiras. Quando se fazem o cálculo proporcional à população os estados populosos possuem larga diferença e evidenciam a desproporcionalidade à população nas duas casas.

Uma proporcionalidade justa é um grande desafio às democracias representativas, para não dizer impossível. E esse desafio não se restringe à proporcionalidade de cadeiras, pois na grande desproporção entre mulheres e homens é sintomática a desigualdade social, econômica e política. As mudanças institucionais são necessárias e funcionam como ferramentas pontuais a problemáticas persistentes, enraizadas historicamente e de difícil solução, como a questão de gênero na política.

As cotas de gênero

Considerando a desigualdade de gênero ainda fortemente presente, principalmente nas instituições políticas, as cotas são mecanismos comumente utilizados. Segundo o IDEA(2013) metade dos países do mundo utilizam alguma forma de cota eleitoral para o parlamento¹⁸. Na denominação de Dahlerup (2006), também utilizada pelo IDEA, as cotas de gênero são metas numéricas que estipulam (em número ou porcentagem) a quantidade de mulheres que deve ser incluída em lista de candidatos ou no número de lugares numa legislatura. Tendo como objetivo aumentar a participação de mulheres na política, a lei busca, na prática, nivelar o jogo político para mulheres e homens. As cotas de gênero agem principalmente nos partidos,

¹⁸ Em uma iniciativa da Universidade de Estocolmo, a União Interparlamentar e o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) foi disponibilizado o *Atlas of Electoral Gender Quotas* coma a proposta de fornecer informações, desde 2003, sobre práticas de cotas em todo o mundo.

mas também são regras que atingem as coligações, sendo estes instrumentos chaves de representação e seleção de liderança política.

A abrangência da utilização das cotas passou a significar para muitos países um avanço qualitativo com margens para o aumento da representação feminina, mas para outros esse avanço ainda não é significativo e necessitam muito mais que cotas para obtenção da igualdade política. Das diversas maneiras que são implementadas as cotas, o que mais importa é que ela não seja de caráter apenas simbólico, mas que reflita resultados positivos no sistema eleitoral do país. Por este motivo, os fatores particulares de cada país contam muito para que haja melhor uso das cotas. No cenário latino americano algumas pesquisas (SCHMIDT, 2006; ARAÚJO E GARCIA, 2006; HTUN E JONES, 2002) se sobressaem no aspecto de implementação, experiências e o impacto das cotas.

É também importante destacar que não há apenas o tipo de cota legislativa, pois existe também a cota voluntária dos partidos. São protocoladas pela IPU: as *cotas como reservas de assentos parlamentares*, o que se sabe de alguns países que utilizam esse tipo de cotas é que esta reserva influenciou diretamente no aumento de participação de mulheres nos parlamentos, no entanto algumas experiências encontraram nas cotas o problema de reforçar a imagem que a mulher não é capaz de competir com homens na política, ou de causar descrédito às mulheres que se veem sem autonomia por dependerem da indicação dos dirigentes de partidos. Já as *cotas como iniciativa dos partidos políticos* são medidas adotadas pelos partidos a fim de ampliar a participação delas dentro das direções de partido. De fato, essa estratégia surtiu efeito positivo nos países usuários, chegando a terem mais de 30% de participação de mulheres no parlamento. Esse tipo de cota é mais comum em países escandinavos, ditos como os países que possuem tradição e cultura política de comprometimento com a igualdade de gênero. Têm-se ainda as *cotas como legislação nacional de reserva de vaga partidária* que usa a legislação para obrigar os partidos a registrar mulheres nas suas listas eleitorais (candidaturas). Dessa forma se estabelece em lei eleitoral, de acordo com o tipo de lista adotada em cada país, o percentual de candidatura ou colocação na lista. O Brasil é um exemplo de país que utiliza esse tipo de cota, assim como muitos outros da América Latina (ARAÚJO, 2001).

A tabela 01 apresenta um resumo dos países da América Latina que utilizam as cotas de gênero (CAMPOS e TOLLEDO, 2016), o ano de implementação da lei (IPU, 2018), o tipo de lista utilizada (CEPAL, 2019), a quantidade de cadeiras em cada casa, Câmara e Senado (quando houver), seguido da quantidade de mulheres representantes (IPU, 2018).

Tabela 1 – Países da América Latina com cotas de gênero*

Países	Ano da lei	Tipo de lista	Câmara			Senado			Ranking Mundial**
			Cadeiras	Mulheres	%	Cadeiras	Mulheres	%	
Bolívia	1997	Fechada	130	69	53,10	36	17	47,20	3
México	1996	Fechada	500	241	48,20	128	63	49,20	4
Costa Rica	1997	Fechada	57	26	45,60	----	----	----	9
Argentina	1991	Fechada	257	100	38,90	72	30	41,70	17
Equador	1997	Fechada	137	52	38,00	----	----	----	22
Peru	1997	Aberta	130	36	27,70	----	----	----	55
República Dominicana	1997	Fechada	190	51	26,80	32	3	9,40	60
Chile	2015	Fechada	155	35	22,60	43	10	23,30	79
Venezuela	1998	Fechada	167	37	22,20	----	----	----	81
Honduras	2000	Fechada	128	27	21,10	----	----	----	91
Uruguai	2009	Fechada	99	20	20,20	31	9	29,00	96
Panamá	1997	Aberta	71	13	18,30	----	----	----	111
Colômbia	1999	Fechada	171	31	18,10	108	22	20,40	112
Brasil	1997	Aberta	513	77	15,00	81	12	14,80	132
Paraguai	1996	Fechada	80	12	15,00	45	8	17,80	132

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da IPU (2018) e CEPAL (2019). *Foram considerados apenas os países da América Latina com cotas legislativas. **Ver em anexo a tabela completa do ranking mundial fornecida pela IPU (2018).

Os países da América Latina em melhor posição, no ranking mundial de representação de mulheres no parlamento, são países que utilizam os tipos de lista fechada e essa representa a principal justificativa para o efetivo número de mulheres eleitas. Isso porque na representação proporcional cada partido apresenta uma lista de candidatos, os votos de cada lista são contados e distribuídos cadeiras entre os partidos proporcionalmente pelos que integram a lista.

Em um sistema de lista aberta os eleitores definem os nomes dos candidatos que ocuparão as cadeiras conquistadas pelos partidos, dessa forma o eleitor tanto pode votar no número do partido ou votar no número do candidato; no sistema de lista fechada os partidos decidem antes das eleições a ordem em que os candidatos aparecerão na lista, o eleitor vota em um dos partidos e não pode expressar preferências por um determinado candidato da lista, e dessa forma os partidos ordenam a lista alternando entre homens e mulheres. (NICOLAU, 2004).

É notável que os países que atrelam as cotas ao formato de lista fechada apresentam maior número de mulheres ocupando cadeiras no parlamento, no entanto é necessário frisar

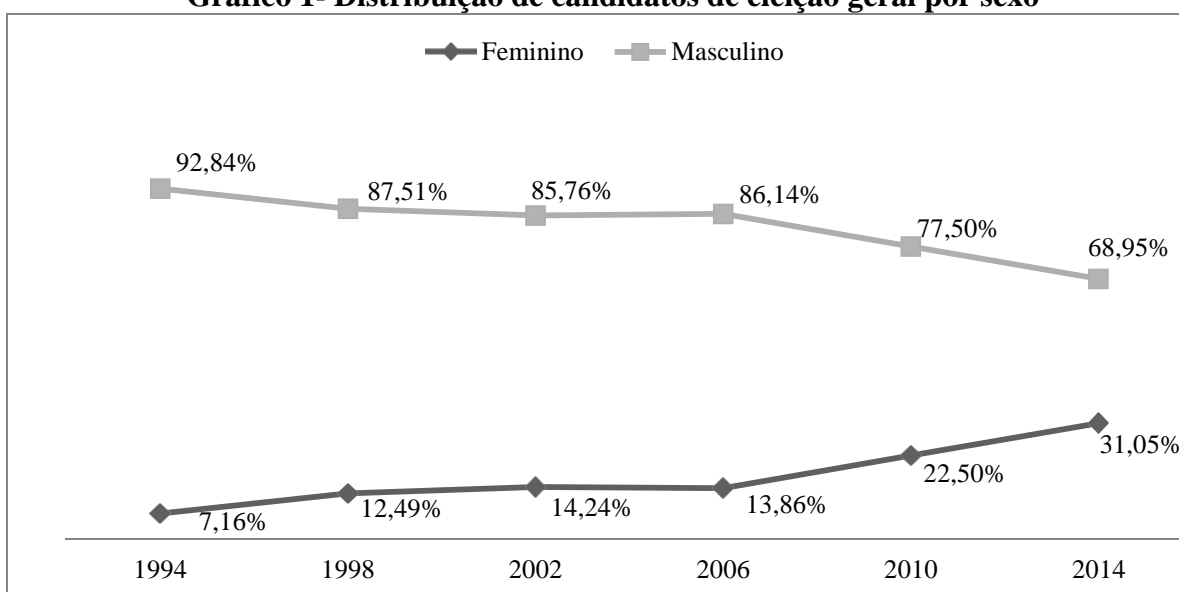
que nesses países os partidos são obrigados pela legislação a ordenarem a lista alternando entre homens e mulheres, e não voluntariamente. O aspecto cultural também é uma variável determinante para cada país, porque as cotas acabam se comportando de maneira mais ou menos abrangente como reflexo do processo de aplicação desse tipo de política.

No Brasil, o Projeto de Lei n. 9.100 de 1995 estabeleceu que 20% das vagas de partidos e coligações deveriam preservar candidaturas de mulheres. No entanto à medida que se criou a lei de 1995 se aumentou o percentual de apresentação de candidatura em relação ao distrito para os cargos proporcionais. E o que isso quer dizer? Quer dizer que não adiantou muito estipular 20% de vagas reservadas para candidatas mulheres enquanto se aumentava o percentual de apresentação para 120%. Não surtiu efeito nem quando, já em 1997, se modificou o percentual para 30%, pois novamente se elevou o percentual de apresentação de candidatura para 150%¹⁹ (BRASIL, 1995).

A principal modificação veio na Lei n. 9.504 de 1997, mais conhecida como Lei das Eleições, que substituiu o termo “deverá preservar”, contido na Lei anterior, para o termo “preencherá”, que obrigou de fato os partidos ou coligações a registrarem um percentual mínimo feminino. A lei passou a ter abrangência nacional (em 1995 era apenas municipal) e desde então é obrigatório o registro de um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

As evidências empíricas mostram que após a política de cotas de gênero o número de candidaturas femininas se elevou. O gráfico 01 parte do ano de 1994, quando ainda não existia a política de cotas, apresentando um valor quase inexpressivo, que não chega a 10%. As eleições de 1998 já eram a segunda eleição pós implementação das cotas, mas a primeira de abrangência nacional, e conseguiu aumentar em mais de 5% de candidatas. Em 2002 o número de candidatas continua a subir, haja vista um ano eleitoral de grande presença dos movimentos sociais atrelados à base do candidato presidencial Lula da Silva. Em 2006 não houve aumento de candidaturas femininas e sim uma pequena queda, muito bem recuperada nos anos seguintes de 2010 e 2014.

¹⁹ A quantidade de vagas de candidatura aos cargos do Poder Legislativo é determinada com base no número de cadeiras de cada cargo a ser ocupado. Atualmente a regra diz que os partidos políticos podem registrar até 150% do número de vagas abertas, ou seja, se uma eleição abre 30 vagas cada partido pode candidatar até 45 candidatos, pois $30 \times 150\% = 45$. Caso haja coligação o percentual será de até 200% sobre o número de vagas (TSE, 2018).

Gráfico 1- Distribuição de candidatos de eleição geral por sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No entanto, a categoria de desigualdade na esfera política se mantém de forma alardeada. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população é composta por mulheres²⁰, no entanto o percentual de representatividade feminina em cargos políticos atinge pouco mais que 10%. A perspectiva de incluir mais mulheres na política, criando-se a cota eleitoral de gênero, atingiu o objetivo de elevar o número de candidaturas femininas, no entanto não significa que o aumento de candidatas leve necessariamente ao aumento de eleitas.

Como mostra o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2017) a desigualdade de gênero continua sendo uma barreira para se atingir o desenvolvimento humano. As mulheres e meninas ainda são discriminadas em saúde, educação, representação política, mercado de trabalho, dentre outras coisas que geram consequências negativas para o desenvolvimento das suas capacidades e liberdades de escolha. Nesse contexto o Relatório de Desenvolvimento Humano da PNUD (2017) produz alguns índices, dentre eles o índice de desigualdade de gênero (IDG) que mede a desigualdade de gênero em três aspectos: a saúde reprodutiva (utilizando como indicadores a taxa de mortalidade materna e taxa de natalidade de adolescentes), empoderamento (utilizando a proporção de mulheres no parlamento e a proporção de mulheres e homens adultos com 25 anos ou mais com pelo menos alguma educação secundária); e o status econômico (participação no mercado de trabalho, medido

²⁰ Em 2018 mais de 50% da população brasileira se compunha por mulheres e seguindo as projeções do IBGE em 2030 a estimativa é que 50,87% da população será composta pelo sexo feminino.

pela taxa de participação da força de trabalho das populações femininas e masculinas com 15 anos ou mais).

O Brasil se situa entre os países classificados por *Alto Desenvolvimento Humano* e ocupa a posição 94 com índice de desigualdade de gênero de 0,407. Embora tenha atingido nos indicadores de empoderamento um percentual de 61% de mulheres contra 57% de homens com 25 anos ou mais com pelo menos alguma educação secundária, obteve por outro lado 11,3% de assentos no parlamentos detidos por mulheres. E por que esse índice é importante? Bom, esse índice evidencia a posição das mulheres em 160 países e fornece insights sobre as diferenças de gênero nas principais áreas do desenvolvimento humano, mostrando via os indicadores as áreas que mais necessitam de intervenção política crítica, estimulando a criação de políticas públicas que busquem superar as desvantagens das mulheres.

Não se pode negar que há progresso em ações afirmativas como a política de cotas de gênero, no entanto elas ainda sinalizam a desigualdade no processo de representação política. Mesmo modesta, a reserva de vagas para mulheres se candidatarem gera sim mulheres eleitas, o que resta é impulsionar essas ações afirmativas a fim de não somente coloca-las em posições de poder, mas de investigar como se movem essas mulheres eleitas em seus pequenos círculos de temáticas e mobilização.

Hunt e Power (2006) dizem que esse efeito das cotas se explica por fatores do próprio sistema eleitoral brasileiro que individualiza, mantém relações de patronagens, multipartidarismo e lista aberta. Faz-se necessário considerar que, a falta de comprometimento partidário não proporciona relações que ultrapassem a inscrição de mulheres com o devido objetivo de atingir as cotas eleitorais, sendo esta uma barreira institucional. Noutras palavras, há sucesso na política de cotas, mas a eficácia dessa política depende da instituição eleitoral, principalmente do compromisso partidário, caso contrário não será uma lei de cotas que aumentará a presença das mulheres nos cargos políticos.

A lei de cotas cumpre seu objetivo de gerar mais candidatas, porque obriga os partidos ou coligações, mas deve se ressaltar a falta de apoio dos partidos políticos na preparação e lançamento de mulheres na vida política, o que elevaria as cotas ao tipo mencionado anteriormente, por iniciativa dos partidos políticos. É comum ainda o questionamento se há nessa cobrança de igualdade de gênero os requisitos formais ou perfil de parlamentar nas mulheres.

De acordo com Norris (2003) elas possuem todos os requisitos formais, muitas vezes até mais, e ainda assim não conseguem obter resultado eleitoral positivo. Nesse sentido se

fortalece a perspectiva que apesar das cotas terem ocasionado uma abertura significativa para as mulheres na disputa por cargos eleitorais, elas ainda se mantêm na condição de sub-representação, deixando claro que outros aspectos contribuem para esse cenário desigual.

Embora muitos analistas se valham da representação proporcional como elemento originário da elevada fragmentação partidária, há diversas razões teóricas e evidências empíricas que contestam essas hipóteses. Para Santos (2007), a proporcionalidade seria o princípio da representação eleitoral porque garante a distribuição de poder da forma mais equitativa possível. Dessa forma, ele justifica a maioria pelo fato da não possibilidade de existir uma unanimidade.

O Congresso Nacional brasileiro é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e como parte de uma organização política presidencialista prevalece a separação de poderes, onde teoricamente um não constitui o outro e cada casa elabora seu regimento interno. Em ambas as casas o poder formal parte de uma comissão diretora que segue o princípio da proporcionalidade na distribuição de cargos nas Mesas, mas isso nem sempre favorece atuação das minorias porque na prática um acordo entre os partidos comanda a distribuição. Há também dentro de cada casa representações parlamentares por meio de lideranças, que além de representarem uma perspectiva partidária, orientam votações e indicam ou substituem os membros de comissões. Dentre as comissões existentes a literatura aponta para as *comissões permanentes* como as mais importantes, isso porque elas podem ter autonomia e interferência de suas perspectivas em elaborações de lei (CINTRA et al., 2015).

Nos estudos sobre a Câmara dos Deputados podemos apreender diversos elementos que evidenciam problemáticas antigas, no entanto muito atuais. A renovação do espaço político partidários, de lideranças de bancada, de comissões, são barreiras que afetam em maior intensidade as mulheres, enquanto gera a permanência masculina nos níveis elevados da Câmara. Obviamente que essa disposição masculina na política está atrelada a um fator estrutural histórico, com conquista tardia do voto feminino, acesso à educação, acesso ao mercado de trabalho, participação em movimentos e partidos políticos e por sua vez acessibilidade à cargos políticos.

Os passos lentos foram se revertendo, principalmente via políticas, cenários desfavoráveis para as mulheres que traduzia uma praticamente inexistência de direitos civis, políticos e humanos. Entretanto, essas problemáticas se apresentam quanto os dados empíricos comprovam que mesmo diante de tais avanços das mulheres em níveis profissionais, educacionais e políticos ainda assim há um sub-representação que demonstra que ainda pode demorar a cessar.

Alguns trabalhos (ARAÚJO e ALVES, 2007; AVELAR, 2001; BOLOGNESI, 2012) conseguem evidenciar que na Câmara dos Deputados nos últimos anos analisados essa trajetória para as mulheres sofreu mudanças qualitativas positivas, no entanto os impasses desde o recrutamento, campanha, eleição, até a renovação de mandatos, acabam representando a continuidade da desigualdade de gênero. O perfil feminino na Câmara dos Deputados antes dos anos 2000 já indica que a maioria tinha nível universitário, com predominância de jornalistas e advogadas. Nenhuma advinha de classes populares, também já possuíam prévia experiência política embora 30% nunca tivesse sido eleita, e uma a cada três possuía parentesco com políticos.

De acordo com Rodrigues (2009) o recrutamento ocorre de forma variada em meios ocupacionais e sociais, os candidatos tendem, dado suas origens e status sócio-econômico, a se candidatar por partidos que mais lhe forem próximos de ideologia e interesses. No entanto Reis (2010) sustenta a hipótese que as deputadas filiadas aos partidos de esquerda tiveram como bases de apoio a trajetória em movimentos sociais, obtendo a cada pleito um cargo de maior prestígio, iniciando geralmente como vereadoras, depois deputadas estaduais até chegarem a federais, por exemplo. E que as deputadas eleitas pelos partidos considerados de direita e centro conseguiram via capital político e social originário de outros campos sociais, usufruindo de influência familiar de políticos já conhecidos ou de rede de relações pessoais, entrar na arena política já diretamente pela Câmara dos Deputados. É possível identificar a quantidade de deputados que possuem parentesco político, mas as mulheres possuem trajetórias e formas de ingresso na política bastante diferenciada. Mirando nessas diferenças podemos analisar até que sentido essa hipótese de capital político e familiar se sustenta como abertura e também deficiência para representação de mulheres na esfera política.

Outro ponto de impasse seria na etapa de campanha, que embora Ames (2003) diga que o sistema eleitoral brasileiro dispõe de bastante liberdade aos parlamentares, no que diz respeito a coligações, isso por outro lado é sinônimo de recomposição pós eleitoral destas alianças. Ele trata as normas de regulação de campanhas eleitorais, como restritiva e permissiva ao mesmo tempo. O tempo de TV se distribui de acordo com a importância da disputa e muitos candidatos só conseguem alguns segundos não podendo adquirir tempo individual na mídia. Porém, se permite que candidatos da Câmara Federal financiem os candidatos de assembleias estaduais, usando material de campanha no estilo “dobradinha”, assim o candidato federal paga um material que o estadual ao fazer campanha para si acaba fazendo para ele. Sem falar do recente impacto das redes sociais na campanha eleitoral.

Desposato (2009) analisa os incentivos institucionais fornecidos aos candidatos políticos, principalmente as propagandas eleitorais em comparação a distribuição e qualidade dela em diferentes contextos. Seus resultados indicam que nosso sistema eleitoral desestimula o fornecimento de informações para candidatos individuais e compensa, em parte, os candidatos ligados a candidatos do Poder Executivo. Ao apresentar um percentual altíssimo de candidatos que não tiveram propaganda eleitoral, podemos trazer à tona a situação de inúmeras candidatas que não realizam campanha (DESPOSATO, 2009).

Dentro da apresentação dos padrões estaduais e distribuição espacial realizada por Ames (2003) se encontra o clássico dos municípios brasileiros com o estilo “concentrados-dominantes” onde um determinado deputado domina vários municípios. Obviamente que a dominância possui diversas causas (exemplos: ser de uma família de preeminência econômica ou política, carreira política iniciada cedo em cargos locais, ou ainda possuir acordos com caciques locais), mas ressalta que esse tipo de distribuição geralmente é reflexo de relações tradicionais (empreguismo e clientelismo) entre políticos e eleitores.

O acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram. A política se organiza na forma de um “campo”, no sentido atribuído ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu. É um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto (MIGUEL, 2014b, p. 105).

É nesse sistema eleitoral, que as mulheres historicamente sub-representadas resistem em participar. Os avanços são incontestáveis, muito embora as estatísticas ainda apresentem que muito precisa ser superado, que determinadas estruturas precisam ser desconstruídas para dar espaço a uma qualidade democrática que traduz a igualdade de gênero.

4 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Procedimento metodológico

Quando pensamos no nível de produção bibliográfica no Brasil os estudos sobre Legislativos ainda se concentram em determinadas subáreas (eleição/reeleição, partidos políticos, carreiras e recrutamentos), assim como fora abordado por Inácio e Rennó (2009). Dessa forma podemos pensar no avanço e na necessidade que representa trabalhar a temática de gênero/feminismo/representação feminina, mesmo que seja dentro de uma concentrada área.

Diversos estudos já evidenciaram o cenário generalizado de poucas mulheres em cargos políticos, principalmente na América Latina (SCHMIDT, 2006; ARAÚJO E GARCIA, 2006; HTUN E JONES, 2002). Sobre o Brasil alguns versam entre testar a eficiência das cotas de gênero, a influência de capital político ou ainda os desafios à representação política que as mulheres ainda enfrentam (ARAÚJO e ALVES, 2007; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; BOLOGNESI, 2012).

Diante do objetivo de analisar a representação política das mulheres na democracia brasileira a partir do perfil das deputadas federais da 55ª Legislatura, este estudo utiliza o recorte temporal 2015-2019. Uma legislatura tem o período de 4 anos, o que representa um mandato de cada deputado eleito, e cada legislatura é dividida em 4 sessões legislativas com duração de 1 ano cada. As deputadas analisadas nesse estudo foram eleitas nas eleições gerais de 2014 e assumiram o cargo em fevereiro de 2015 até fevereiro de 2019. As informações são de 54 mulheres em exercício, juntando as eleitas em 2014 e suplentes que assumiram posteriormente ao cargo de deputada federal.

Os dados foram coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na plataforma ‘Eleições/ Eleições 2014’; na Câmara dos Deputados (CD), que disponibiliza informações específicas de cada parlamentar (biografia, bancadas, presença em plenário e comissões, votações e proposições, etc.); e também de relatórios do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Além disso, estudos anteriores (REZENDE, 2017; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; REIS, 2010) sobre perfis e carreiras pautadas no capital político serviram de aporte teórico juntamente com a literatura sobre sistema de representação, cotas de gênero e estudos legislativos.

Os dados do TSE, CD e DIAP foram organizados em planilha atribuindo a cada nome de deputada (54) suas informações, de acordo com os seguintes quadros:

Quadro 1 – Informações políticas analisadas

Partido	Considerou-se o partido pelo qual elas foram candidatas e eleitas, desconsiderando mudanças ocorridas após a posse.
Situação eleitoral	Se elas entraram como titular ou suplentes efetivadas.
Reeleição	Se elas estavam pleiteando uma reeleição ou não. Considerou-se reeleição ao cargo de deputada federal.
Região	Considerou-se a região pela qual disputavam o cargo de deputada federal.
Cargo anterior	O cargo político ocupado antes de ser deputada federal.
Mandato	Número de mandatos como deputada federal.
Proposições	Número de proposições realizadas.
Atividade Sindical	Se fez ou faz parte de alguma atividade sindical.
Frente parlamentar	Quantidade de frente parlamentar de autoria.
Bancada	Quantidade que faz parte de bancada partidária, em qualquer posição.
Titular em comissões	Número de comissões titulares da qual fazem parte.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Câmara de Deputado (CD).

Quadro 2 – Informações pessoais analisadas

Idade	Considerou-se a idade da deputada na data da posse.
Estado civil	Considerou-se a informação declarada no TSE na candidatura.
Escolaridade	Considerou-se a informação mais atualizada, no caso da CD.
Cor	Considerou-se a informação declarada pela deputada.
Ocupação	Considerou-se a informação mais atualizada, no caso da CD.
Parente Político	Considerou-se parente: Pai, mãe, tios (a), marido/ex-marido, esposa/ex-esposa, avôs e avós.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara de Deputado (CD), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e SHUMAHHER e CEVA (2015).

A análise descritiva dos dados se dará por meio de tabelas, quadros e gráficos, para fornecer uma melhor interpretação dos dados para explicar as questões propostas baseadas na revisão de literatura juntamente com os resultados obtidos.

As deputadas federais da 55ª legislatura (2015-2019)

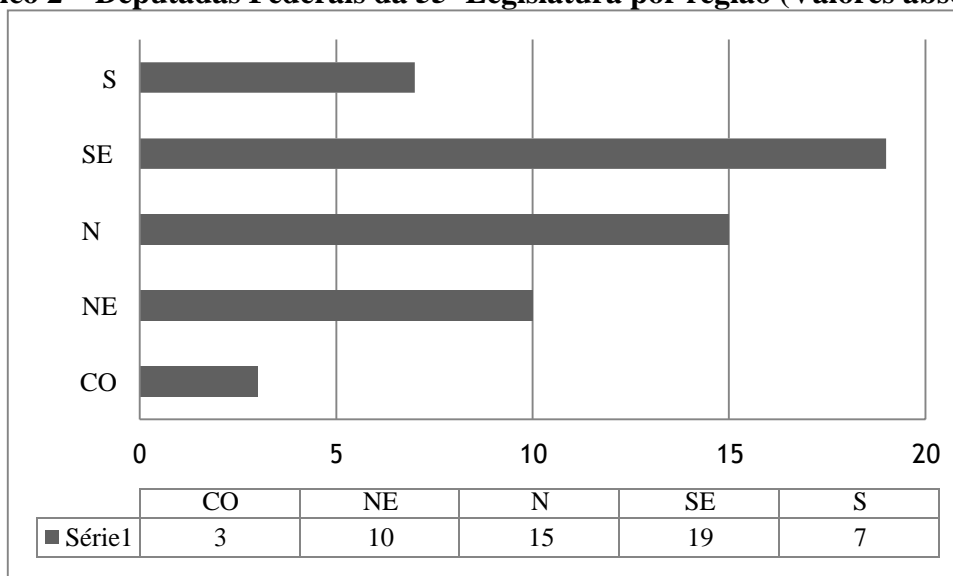
Em 2014, 8.124 mulheres se candidataram em todo país para o cargo de deputada federal, o que representou um aumento de quase 10% em relação à eleição de 2010. Das 8124 apenas 50 mulheres se elegeram titularmente e 4 suplentes foram efetivadas posteriormente, somando-se assim, 54 deputadas federais para assumirem a 55ª legislatura, com duração de 2015 a 2019.

No estudo de Miguel, Marques e Machado (2015), eles analisam os resultados das eleições de 2002, 2006 e 2010, e as variações de mulheres eleitas ocorrem em todas as

regiões, e não apresentam um padrão (no máximo apresenta alguns vínculos como é apresentado por eles na questão de presença familiar). A variação apresentada pelos autores foi: Sudeste (SE), Nordeste (NE) e Norte (NO) tiveram aumento na quantidade de mulheres de 2002 para 2006, enquanto o Sul (S) e o Centro- Oeste (CO) diminuíram. Já a variação de 2006 para 2010 mostra que Sul (S), Centro- Oeste (CO) e Nordeste (NE) tiveram aumento e nas regiões Sudeste (SE) e Norte (NO) diminuíram a quantidade de mulheres eleitas.

Em 2014 essa variação continuou. No gráfico 02 as regiões com maior número de deputadas são Sudeste (SE), com 19 deputadas, Norte (NO) com 15 deputadas e Nordeste (NE) com 10 deputadas. No entanto, seguindo a literatura, não há um padrão que permita estimar as regiões que elegem mais deputadas.

Gráfico 2 – Deputadas Federais da 55ª Legislatura por região (Valores absolutos)



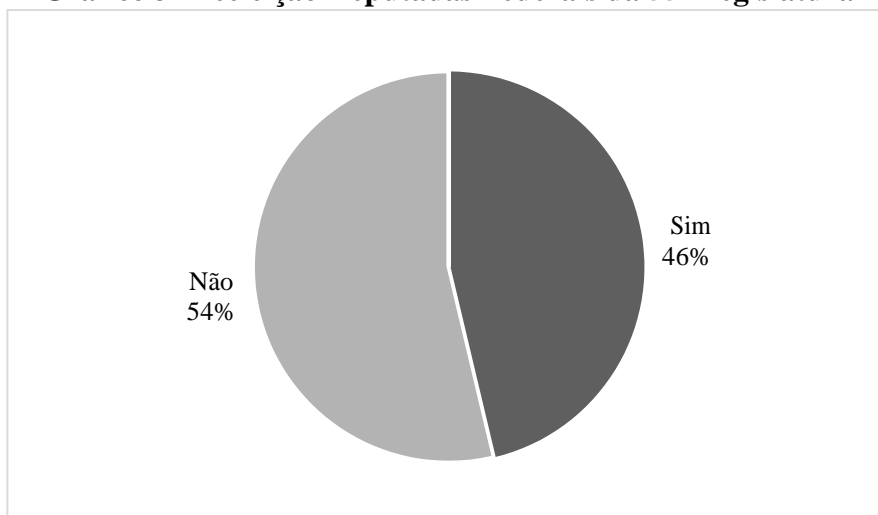
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

Das 54 deputadas eleitas, apenas 4 concorreram por partido isolado, enquanto a maioria (50 deputadas) concorreram via coligação partidária. Isso segue um modo de concorrer a eleição bastante utilizado pelos candidatos e que também obriga o cumprimento da cota de gênero, em contrapartida alguns autores dizem que este seja um campo que ainda necessite de mais estudos que evidencie as muitas face do fenômeno coligação.

Agora, um dos fatores mais importantes abordado em diversas pesquisas (REZENDE, 2017; ARAÚJO e ALVES, 2007; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015; PINTO, 1994) é o da reeleição de mulheres, pelo seu efeito cascata em praticamente toda questão sobre representação feminina. Isso porque o número de mandatos tem reflexo direto nas atividades legislativas (como titular em comissões, número de proposições, liderança de bancadas) que

por sua vez representam a força motriz da representação. Os dados da CD, apresentados no gráfico 03, mostram que mais da metade das deputadas eleitas não estavam disputando uma reeleição ao cargo de deputada federal.

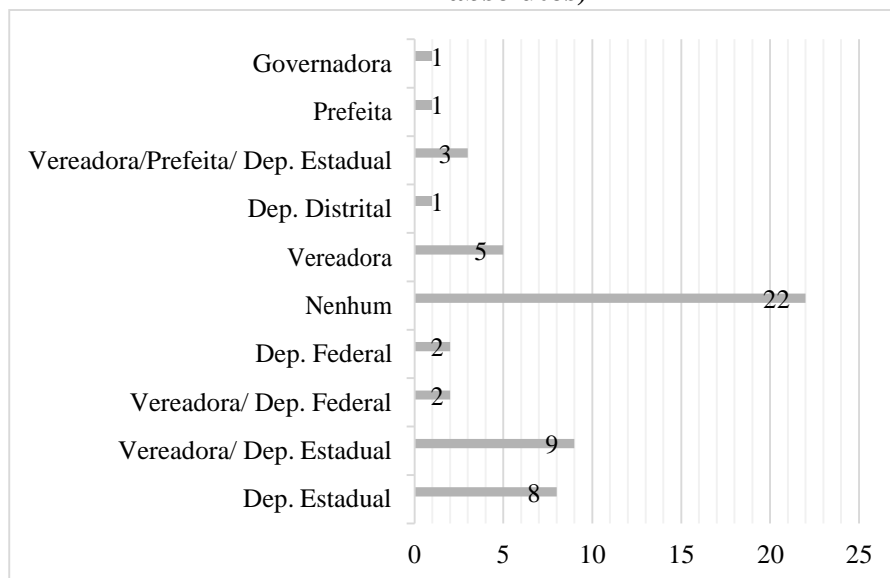
Gráfico 3- Reeleição Deputadas Federais da 55ª Legislatura



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

Obviamente que o aumento de candidaturas de mulheres para CD explica parte do percentual (54%) de deputadas federais que não concorriam a uma reeleição ao cargo. Também é importante mencionar que muitas mulheres advém dos ditos ‘mandatos externos’, que são outros cargos políticos que a própria literatura indica como degrau necessário para o crescimento na política. O gráfico 04 mostra quais cargos políticos as deputadas da 55ª Legislatura ocuparam anterior ao atual cargo, e embora haja vantagem em ter ocupado algum cargo político anterior ao de deputada federal, boa parte delas não advém de cargo político algum.

Gráfico 4 - Cargo anterior das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

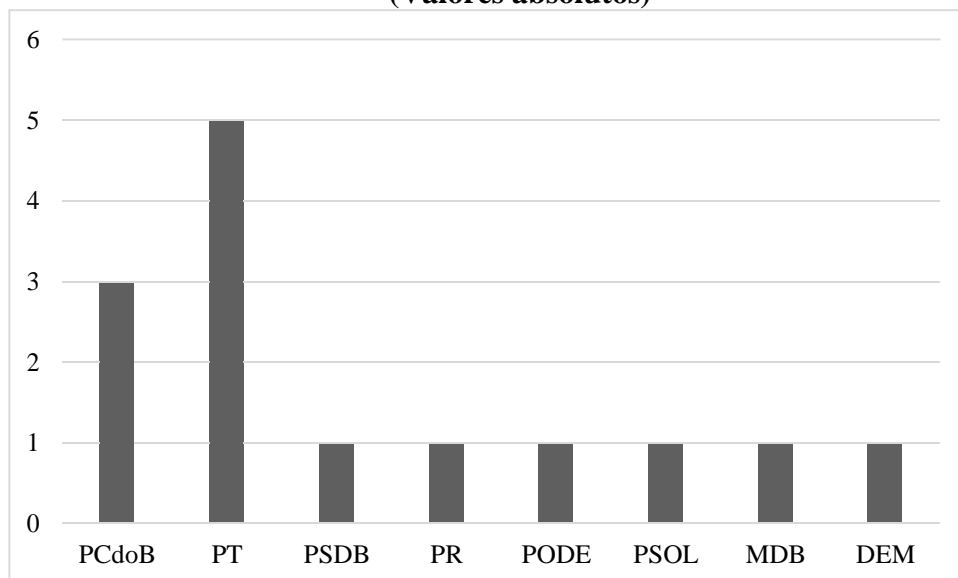
A maioria das deputadas se encontra no seu primeiro mandato na CD, sendo que em média as mulheres atingem dois mandatos na CD, e apenas duas deputadas atingiram o máximo de seis mandatos, a deputada Jandira Feghali (PCdoB) e deputada Marinha Raupp (MDB). Esse cenário também implica no que Rezende (2017) considera como essencial à construção de uma *identidade coletiva*, pois para ela mecanismos como comissões, bancadas de mulheres e gênero podem fomentar a produção de políticas que almejem a igualdade de gênero, mas que também estimule uma rede de informações e formação de lideranças.

Em Avelar (2015) há uma breve digressão sobre a questão feminina como algo emergente dos diversos movimentos sociais, além da questão das mulheres como sujeitos políticos nas organizações e instituições. A própria participação em vários tipos de movimentos ampliou os horizontes e valores políticos das mulheres, e segundo ela “o engajamento institucional dos movimentos e redes constituiu uma nova fronteira de representação democrática além da via eleitoral” (AVELAR, 2015, p. 213).

Pode-se considerar que a participação das mulheres em vários movimentos, organizações ou associações, em atividades sindicais por exemplo, atinge geralmente uma importante parcela da sociedade civil por realizar a ponte entre representantes e representados. De fato, desde as eleições gerais de 2002 uma maior representação dos movimentos sociais nas instituições democráticas deveu-se especificamente à ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), que obteve apoio da maioria dos movimentos sindicais no referido período. Já em relação as deputadas eleitas em 2014, 26% delas fazem ou faziam parte de

atividade sindical, enquanto 75% não apresentam ligação com nenhuma atividade sindical. Os partidos das deputadas com atividade sindical são em sua maioria do PCdoB e PT, mas contém também deputadas do PR, PODE, PSOL, PSDB, MDB e DEM.

Gráfico 5 - Deputadas Federais da 55ª Legislatura com atividade sindical por partido (Valores absolutos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

No estudo de Barreira (2006), ela ressalta que de modo geral não há uma distinção nos tipos de atividades de qualquer parlamentar, o que há, entretanto, é uma distinção hierárquica no que diz respeito a posições de direção, em bancadas e comissões por exemplo. Em relação às deputadas pesquisadas, observou-se que em bancada partidária 35% delas ocupam posição de vice-liderança na bancada do partido, no entanto, nenhuma das deputadas ocupa a liderança da bancada, e 65% delas não ocupa nenhuma posição em bancada partidária.

Já nas comissões, que é o ambiente formado para discussão de projetos, tem-se a participação dos parlamentares nas diferentes finalidades, as deputadas da 55ª Legislatura, por exemplo, participam em média em oito comissões como titulares. Observando as Comissões Permanentes, que possuem a finalidade de deliberação nas proposições por área temática, além de fiscalizar os atos do Poder Público, tem-se na Tabela 02 mostrando a quantidade de deputadas federais titulares participantes nas 25 comissões.

Tabela 2 - Quantidade de Deputadas Federais da 55ª Legislatura em Comissões Permanentes

Comissões Permanentes	Quantidade de Deputadas Federais titulares
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	4
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	5
Constituição e Justiça e Cidadania	2
Cultura	7
Defesa do Consumidor	3
Defesa dos Direitos da Mulher*	26
Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa*	12
Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	10
Desenvolvimento Urbano	5
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	2
Direitos Humanos e Minorias	8
Educação	9
Esporte	2
Finanças e Tributação	3
Fiscalização Financeira e Controle	2
Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	8
Legislação Participativa	9
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	0
Minas e Energia	2
Relações Exteriores e Defesa Nacional	4
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	4
Seguridade Social e Família	13
Trabalho de Administração e Serviço Público	4
Turismo	1
Viação e Transportes	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

*Comissão criada em 2016.

Abrangendo não apenas nas Comissões Permanentes²¹, o número de proposições de autoria das deputadas federais da 55ª Legislatura tem uma média de 386 proposições. Destaque para deputada Érika Kokay (PT) com um máximo de 2060 proposições representando um grande número para uma deputada em segundo mandato. Sendo que as deputadas de primeiro mandato geralmente possuem nenhuma ou apenas uma proposição, 63% e 24%, respectivamente. Quanto a presença delas em frente parlamentar, que representa a associação de parlamentares de vários partidos debatendo um tema de interesse da sociedade, ainda é muito menor já que 63% das deputadas não tem autoria de frente parlamentar nenhuma. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

²¹ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes> Acesso em dez. 2018.

Utilizando o volume de informações do banco disponibilizado no portal Dados Abertos da Câmara²², identificam-se as seguintes áreas temáticas com maior proposição feminina: trabalho e emprego; saúde; processo legislativo; previdência e assistência social; política e eleições; arte, cultura e religião; ciência, tecnologia e inovação; homenagens e datas comemorativas; e educação. Enquanto as áreas de segurança pública e defesa nacional; energia e recursos naturais; direito penal e processual penal; desporto e lazer; e comunicações; obtiveram maior proposições por parlamentares masculinos.

A sub-representação feminina e a disparidade da quantidade de produção legislativa entre os dois grupos de parlamentares ainda é explícita, principalmente pela superior quantidade de homens na Câmara dos Deputados (459 homens versus 54 mulheres) e pela divisão existente entre áreas temáticas. Mesmo assim, considerando o debate existente sobre os tipos de representação feminina, na sua relação descritiva e substantiva, ou seja, a presença de mulheres no parlamento e o conteúdo produzido por elas, o estudo de Rocha (2017) apresenta o impacto positivo da representação substantiva das mulheres parlamentares. Para ela as parlamentares femininas produzem substancialmente no legislativo brasileiro, com aumento a cada legislatura e destaque em muitas áreas temáticas, contrariando a ideia arcaica que apenas os homens estão aptos a vida política, cada estudo sobre a produção legislativa feminina representa não somente um avanço, mas uma evidência do quanto elas importam na proposta de representação política.

Rezende (2017) considera que para a promoção da igualdade de gênero no Legislativo não se pode focar apenas na eleição de mais mulheres, existem outros fatores como o apoio do partido ou da coalizão governante, atuação de bancadas femininas e as próprias regras que organizam o funcionamento do Legislativo, por exemplo, são decisivas para se atingir uma igualdade de gênero.

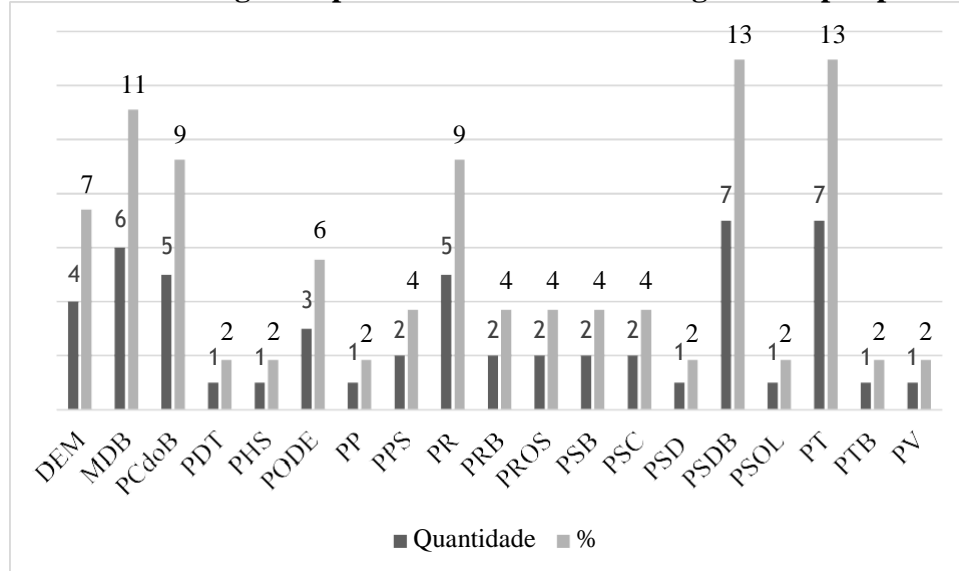
Não se pode deixar de considerar que a falta de comprometimento partidário não proporciona relações que ultrapassem a inscrição de mulheres com o devido objetivo de atingir as cotas eleitorais, sendo esta uma barreira institucional. Htun (2011) menciona a existência do sucesso na política de cotas, mas a eficácia dessa política depende da instituição eleitoral, principalmente do *compromisso partidário*, caso contrário não será uma lei de cotas que aumentará a presença das mulheres nos cargos políticos.

Em relação aos partido das deputadas elas se distribuem entre dezenove partidos políticos, embora o Brasil tenha registrado até 2014 32 partidos políticos. Conforme mostra o

²² Banco de dados disponível em <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html>.

gráfico 06, a maioria das deputadas da Legislatura analisada são do PT e PSDB que juntos somam 26%, seguido de 11% do MDB, 9% do PCdoB e 9% do PR.

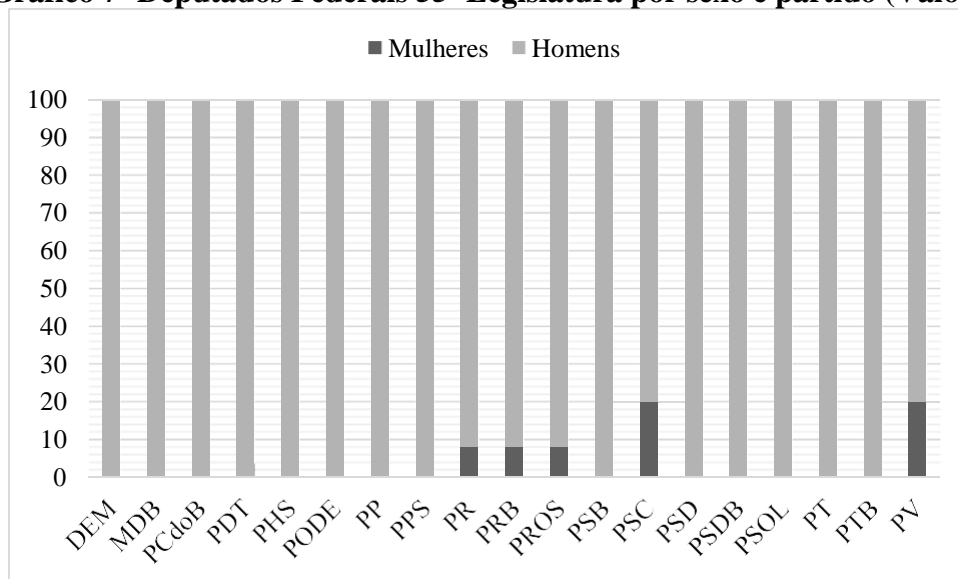
Gráfico 6- Contagem deputadas federais da 55ª Legislatura por partido



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

Proporcionalmente às cadeiras ocupadas pelos partidos, as deputadas da referida legislatura atingem representação de 30% apenas no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ainda que tenha representação feminina em pelo menos dezenove partidos políticos é visivelmente possível identificar no gráfico 07, pela desigualdade, o quanto elas continuam na condição de minoria.

Gráfico 7- Deputados Federais 55ª Legislatura por sexo e partido (Valores %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

Pode surgir o questionamento se a corrente ideológica representa alguma disparidade nos partidos. Rodrigues (2002) demonstrou que há padrões de recrutamento diferentes segundo a posição política nos blocos ideológicos (centro, esquerda e direita)²³. Os de esquerda: apresentam um modelo que recrutam no interior da organização partidária, de movimentos sociais e com anos de filiação. Os de direita são pessoas com capital pessoal e carreiras bem consolidadas enquanto os de centro são mais heterogêneos.

Nesse contexto, é necessário lembrar que o Brasil tem a característica de ser multipartidário e desde a redemocratização se impulsionou a troca de legenda, algo bem comum nas carreiras políticas brasileiras. Do mesmo modo é a existência de bancadas suprapartidárias, que reúnem interesses comuns sobre determinado assunto e fazem com que diversos parlamentares atuem em conjunto como bancada organizada. De acordo com o DIAP (2018) a organização de bancadas por segmento é positiva para os eleitores por se tratar de um frente que realiza representação e articulação de determinadas causas. Algumas bancadas são bastantes conhecidas no Congresso, a do agronegócio, a evangélica, a da segurança pública, dos direitos humanos e a feminina, por exemplo.

Na observação de Barreira (2006), as bancada de interesse, inclusive a feminina, expressam dinâmicas e estratégias para formular pautas e aprovar projetos, mas que o próprio uso da expressão ‘bancada feminina’ nem faz parte do cotidiano do congresso, apenas quando há rituais de homenagem à mulher, em situações de votação de matérias que dizem respeito a direitos da mulher.

Quando Ames (2003) fala das bancadas de interesse surge um desânimo quanto a visão da bancada feminina. Isso porque existem diversas bancadas e grupos de interesse, mas segundo Ames (2003) nenhuma possui algo formalmente fixo, até mesmo aquelas que se reúnem regularmente. O que acaba distorcendo a representação e a prestação de contas dos políticos com seus eleitores. Para o autor é claro e evidente que a representação proporcional de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento partidário. Mas também de modo mais geral, as regras se aliam às características socioeconômicas das comunidades para assim criar padrões de competição.

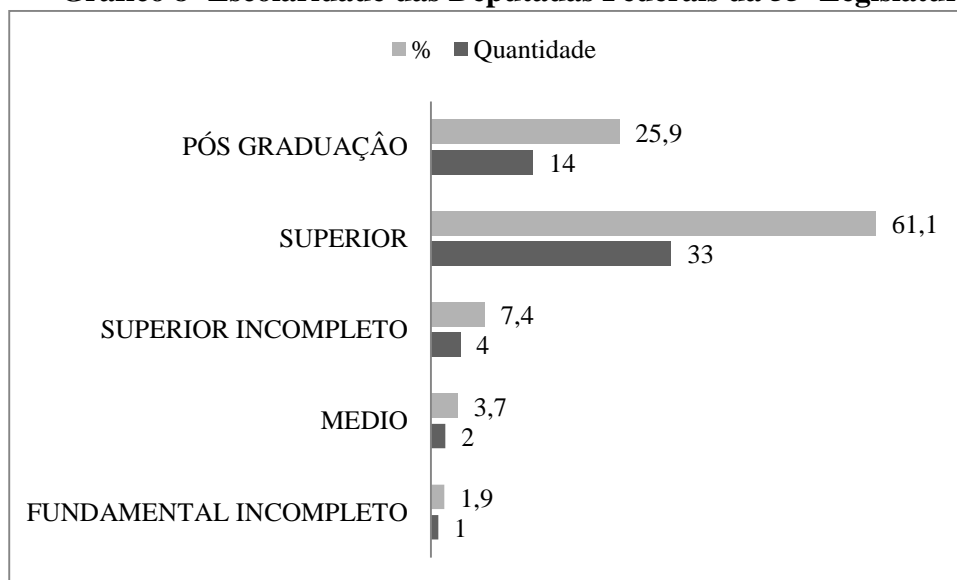
Por considerar a sub-representação das mulheres na vida política, a IPU juntamente com IDEA (2013) realizaram um levantamento sobre fatores mais significativos como obstáculos na carreira política delas. Nesse sentido são: atitudes culturais em relação aos

²³ Rodrigues (2002) utiliza nesse trabalho apenas seis partidos, pelo número elevado de cadeiras e com perfil programático-ideológico consistente. Nesse sentido ele classifica PPB (hoje o PP) e o PFL (hoje o DEM) como de direita; PMDB e PSDB como de centros e PDT e PT com partidos de esquerda.

papéis das mulheres na sociedade; apoio da família; falta de confiança; recurso financeiro e falta de apoio dos partidos políticos. Segundo a pesquisa o acesso à tomada de decisão política é influenciado pelas normas, atitudes e estereótipos de gênero em uma dada sociedade. Sendo esta a chave que impulsiona uma conhecida alegação que é a falta de qualificações adequadas das mulheres o motivo para a sua sub-representação é também em contra partida, o foco para revisão e reforma de leis e práticas discriminatórias em lei e práticas mais inclusivas, transparentes e equitativas.

Seguindo a estimativa de pesquisas anteriores (ARAÚJO e ALVES, 2007; REZENDE, 2017; BOLOGNESI, 2012), as deputadas que compõem a 55ª Legislatura apresentam nível elevado de escolaridade²⁴, 61% delas possuem nível superior completo e 26% já possuem título de pós graduação. O gráfico 08 mostra que apenas três deputadas se enquadram no ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, sendo elas: a empresária, ex-vereadora, ex-prefeita e ex-deputada estadual Magda Mofatto (PR) com ensino fundamental incompleto, e com ensino médio tem-se a empresárias Jozi Araújo (PODE) e Christiane de Souza (PR), ambas em seus primeiros mandatos na CD.

Gráfico 8- Escolaridade das Deputadas Federais da 55ª Legislatura



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

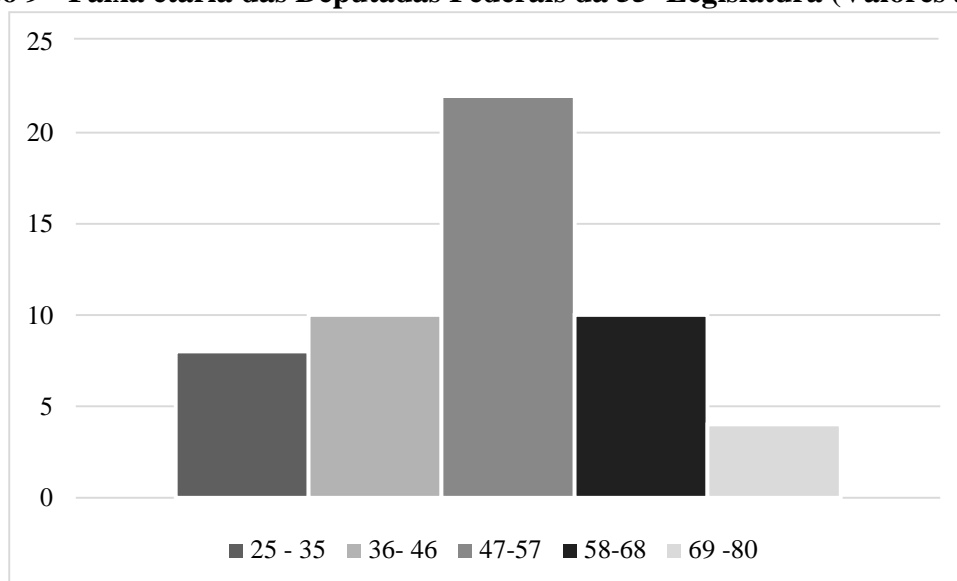
Reforçando um cenário já constatado em Comissões de Direitos Humanos e Legislação participativa, por exemplo, falta representação de negros na política brasileira, pois dos 513 deputados da Câmara apenas 24 são negros. Das 54 deputadas analisadas mais

²⁴ A literatura considera a variável da escolaridade como um ponto de superação, considerando que o processo histórico brasileiro negou às mulheres a educação por muito tempo, mas que conseguiu traçar uma caminhada elevando o nível de escolaridade juntamente com a afirmação de sua cidadania (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

de 40 deputadas se declararam brancas (81%), enquanto 7 deputadas se declararam pardas (13%) e apenas 3 deputadas pretas (6%). As três deputadas da 55ª Legislatura que se declararam pretas são: a assistente social Benedita da Silva (PT) que já foi vereadora e está em seu quarto mandato na CD; a enfermeira e auxiliar administrativo Rosangela Gomes (PRB) em seu primeiro mandato no cargo de deputada federal após ter ocupado os cargos de vereadora e deputada estadual; e a profissional técnica Tia Eron (PRB) que também foi vereadora sendo este seu primeiro mandato na CD.

Conforme a publicação do DIAP (2014) a idade média dos deputados eleitos para 55ª Legislatura da CD é de 49 anos com experiência política anterior ou administrativa e na sua maior parte formada por empresários e profissionais liberais. Apresentando no gráfico 09 apenas as 54 deputadas federais, tem-se maior parte delas no intervalo entre 47 e 57 anos de idade, onde a deputada Luiza Erundina (PSOL) é a mais velha aos seus 80 anos, e Brunny (PR) é a mais jovem deputada, com 25 anos.

Gráfico 9 - Faixa etária das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

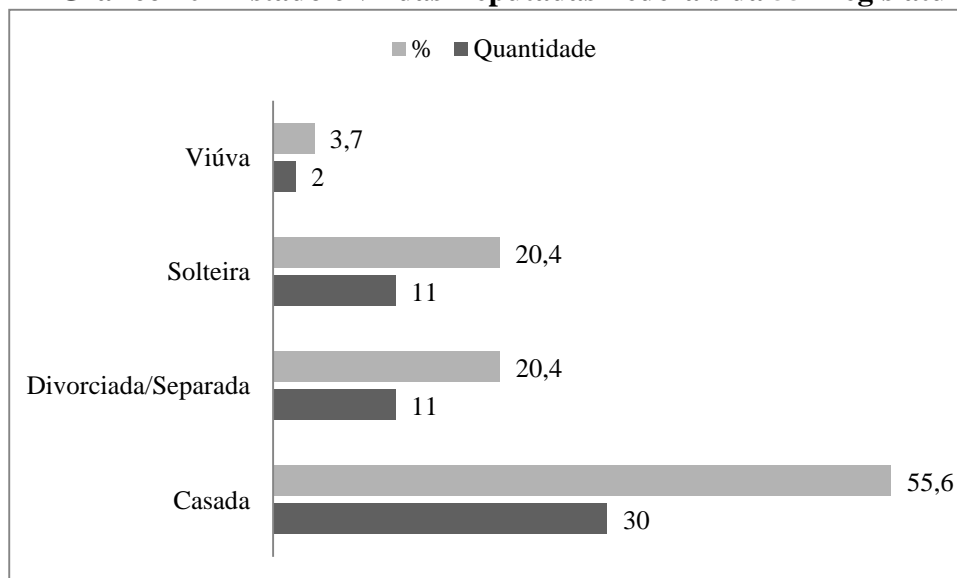
Vale destacar nesse intervalo correspondente as idades da maioria das deputadas a frequente associação a um ingresso tardio das mulheres na política, isso porque o processo de filtragem é bem mais difícil para as mulheres. Os resultados apresentados por Araújo e Alves (2007) são que enquanto os homens têm 1 chance de serem eleitos, as mulheres têm 0,67. Nos modelos testados pelos autores (ARAÚJO, ALVES, 2007), o candidato masculino apresenta significância nas variáveis educação, partido e reeleição, já a candidata feminina apresenta significância na magnitude do partido e reeleição. Além disso, a idade se relaciona às

trajetórias, há diferença entre homens e mulheres no espaço público e doméstico e dessa forma as mulheres levam mais tempo (45 a 59 anos), enquanto homens (31 a 60 anos) para seu ingresso. Há uma necessidade de compreender ‘se’ e ‘como’ estas trajetórias têm sido modificadas nos partidos, desde a idade, como tempo esperado de filiação e seu ingresso na esfera competitiva.

Araújo (2009) acrescenta a relevância para as mulheres do peso político do partido que estão filiadas, ligado ao seu capital político individual ou herdado. Havendo uma relação direta com o perfil de candidatas que tendem a portar capitais eleitorais substantivos e bem específicos, em geral associados com capitais familiares. Assim, mais importante que o número de candidaturas é o lugar onde as mulheres estão posicionadas, isto é, de onde elas se lançam.

Tratando ainda de padrões existentes no perfil da CD, é pertinente apresentar o gráfico 10 onde 55% das deputadas da 55ª Legislatura são casadas. Ora, socialmente ainda é comum a potencialização dos valores morais na política, onde a imagem pública leva em consideração o estado civil como critério reputacional. O que ainda condiz com a análise realizada por Araújo (2009) que aspectos do sistema de desvantagem estrutural da sociedade atinge mais as mulheres que os homens.

Gráfico 10 - Estado civil das Deputadas Federais da 55ª Legislatura



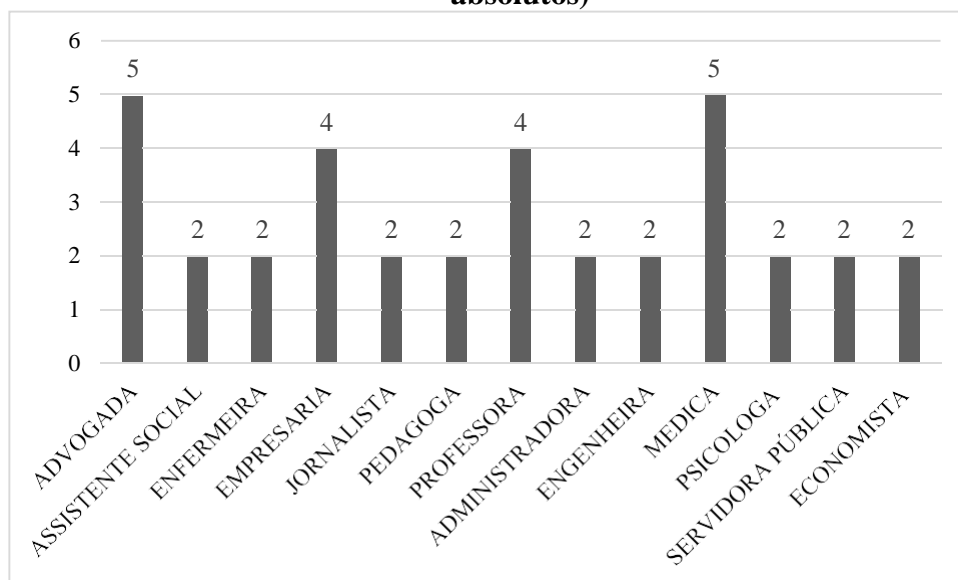
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

Outro aspecto importante fornecido pelo DIAP (2014) é a classificação por atividade econômica e por profissão na CD, contendo a presença de cinco grupos. São eles: os empresários que representam o maior grupo com mais de 200 integrantes; os profissionais

liberais com 169 integrantes (advogados, médicos, administradores de empresas, engenheiros, economistas etc.); os assalariados com 136 integrantes (servidores públicos, professores, policiais, bancários etc); os de natureza diversa que incluem pastores evangélicos, bispos, figura pública, entre outros; e os que se declaram agricultores (DIAP, 2014).

Já o gráfico 11 evidencia as profissões das deputadas da 55ª Legislatura onde ocupações de advogada e médica são as duas mais presentes, seguida da presença das empresárias e professoras, as demais (assistente social, enfermeira, jornalista, pedagoga, administradora, engenheira, psicóloga, servidora pública e economista) se apresentam também entre as principais ocupações.

Gráfico 11- Principais profissões das Deputadas Federais da 55ª Legislatura (Valores absolutos)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (2018).

O interessante de observar neste cenário das principais profissões é o fato que liga à formação da deputada. O que por sua vez implica na produção de proposições, presença em comissões e representação nas áreas temáticas como um todo. Nesse sentido, é possível afirmar que ainda existe pouca presença de mulheres em áreas consideradas como “mais influentes”, como economia, indústria, finanças e administração pública, por exemplo.

Nesse contexto, o conceito de *campo político* apresentado em Bourdieu (2011) avança na história e:

Notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do

peso político do seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido (BOURDIEU, 2011, p. 204).

Ao formular o conceito de campo político, Bourdieu (2011) é coerente pelos fatores de pesquisas anteriores com envolvimento em questões política e na sua familiaridade com a literatura de sociologia política. Ele realiza uma espécie de reconstrução dos objetos que já são clássicos na Ciência Política e aplica sua teoria de campos dotando de conceitos de capital social, cultural e simbólico, de estratégia, trajetória e habitus.

É a partir do conceito de campo político de Bourdieu que Miguel, Marques e Machado (2015) utilizam para explicar como essa espécie de capital simbólico depende do reconhecimento dos seus pares dentro deste campo. Uma vez que, para Bourdieu (2011) o campo político é como um lugar que dispõe de produtos políticos e os cidadãos devem escolher. Essa escolha, segundo ele, pauta-se em um acesso desigual aos meios de participação política. Dentro desta definição dele subte-se que há uma concentração dos meios de produção (políticos) nos profissionais do ramo.

Assim, Miguel, Marques e Machado (2015, p. 721) apresentaram o capital familiar como recurso importante, além da vontade de participar, para o ingresso na carreira política. Ao analisarem três eleições gerais (2002, 2006 e 2010) o chamado “capital familiar” ou “a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política” é um fenômeno presente e estatisticamente visível. Na magnitude do capital familiar para construção de carreiras políticas, eles mostram que 53% das eleitas em 3 pleitos possuíam presença da família na política, contra 39% dos homens eleitos. Também foram identificados nos deputados e deputadas federais eleitos de 2002 a 2010 as seguintes fontes de capital político: o capital econômico; o capital midiático; a direção de sindicatos e federações de trabalhadores; a direção de sindicatos associações patronais; a vinculação com religião organizada; o capital político do próprio campo e o capital familiar.

Partindo desta classificação de Miguel, Marques e Machado (2015), que identifica as principais fontes de capital político encontradas nos deputados eleitos, realizamos esta identificação nas deputadas do presente estudo. Para tanto, adequamos em: *Econômico*, quando a deputada detém propriedade ou possui vínculo com grupo econômico; *Midiático*, quando a deputada é uma personalidade da comunicação e se torna conhecida do público pela presença nos veículos de imprensa; *Sindical e/ou Movimentos Sociais*²⁵, quando a deputada ao

²⁵ Miguel, Marques e Machado (2015) mencionaram os movimentos sociais e organizações da sociedade civil como outra fonte bastante identificada com potencial de capital político, mas não incluíram do estudo por serem informações mais difíceis de serem coletadas. Dada identificação nas deputadas estudadas desse tipo de capital

fazer parte de movimentos sindicais de trabalhadores ou associações adentra em cargos políticos; *Religioso*, quando a deputada possui vínculo com religião organizada ou em posição de liderança; *Próprio Campo*, quando a deputada advém de cargos públicos e/ou partidários; e *Familiar*, quando a deputada se beneficiou com o prestígio ou contato de parentes e/ou cônjuges com lideranças políticas (MIGUEL, MARQUES E MACHADO, 2015).

Inicialmente foi observado que 69% das deputadas federais da 55ª Legislatura possuíam algum parente político. No entanto, essa característica não possui fundamento necessário para atestar que o tipo de capital político determinante da deputada seria o familiar. Ora, ao agrupar as informações (DIAP, 2014; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; SHUMAHHER E CEVA, 2015; e páginas oficiais das deputadas e/ou partidos) das deputadas se identificou que pode haver mais de um tipo de capital político, como também há particularidades que nos fizeram considerar um tipo de capital político predominante. Adiante, a tabela 03 busca apresentar um resumo das deputadas analisadas.

Tabela 3 – Deputadas Federais 55ª Legislatura

Nome	Partido	Idade	Estado Civil*	Escolaridade	Capital Político**
Alice Portugal	PCdoB	55	Separada	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais
Ana Perugini	PT	51	Casada	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Benedita da Silva	PT	72	Casada	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais
Bruna Furlan	PSDB	31	Solteira	Pós Graduação	Familiar
Brunny	PR	25	Casada	Superior Inc.	Familiar/Midiático
Carmen Zanotto	PPS	42	Casada	Superior	Próprio Campo
Christiane de Souza	PR	54	Divorciada	Médio	Econômico
Clarissa Garotinho	PROS	32	Solteira	Superior	Familiar
Conceição Sampaio	PSDB	49	Casada	Superior Inc.	Midiático
Cristiane Brasil	PTB	41	Solteira	Pós Graduação	Familiar
Dâmina Pereira	PODE	62	Casada	Superior	Econômico
Dulce Miranda	MDB	51	Casada	Superior	Familiar
Elcione Barbalho	MDB	70	Divorciada	Superior	Familiar
Eliziane Gama	PPS	37	Divorciada	Superior	Próprio Campo/Religioso
Erika Kokay	PT	57	Solteira	Superior	Sindical e/ou Mov.

político, geralmente vinculada ao movimento sindical, optou-se por juntar e classificar em capital político do tipo “Sindical e/ou Movimentos Sociais”.

					Sociais
Flávia Moraes	PDT	45	Casada	Superior	Familiar
Geovania de Sá	PSDB	42	Casada	Pós Graduação	Próprio Campo
Gorete Pereira	PR	62	Divorciada	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Iracema Portella	PP	48	Casada	Superior	Familiar
Jandira Feghali	PCdoB	57	Casada	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Janete Capiberibe	PSB	65	Casada	Superior Inc.	Sindical e/ou Mov. Sociais
Jéssica Sales	MDB	34	Solteira	Superior	Familiar
Jô Moraes	PCdoB	68	Divorciada	Superior Inc.	Sindical e/ou Mov. Sociais
Josi Nunes	PROS	52	Separada	Pós Graduação	Familiar
Jozi Araújo	PODE	35	Casada	Médio	Econômico
Júlia Marinho	PSC	54	Casada	Pós Graduação	Familiar
Keiko Ota	PSB	58	Casada	Superior	Econômico
Laura Carneiro	DEM	52	Divorciada	Superior	Próprio Campo
Leandre	PV	39	Casada	Superior	Econômico
Luana Costa	PSC	47	Casada	Superior	Familiar
Luciana Santos	PCdoB	49	Casada	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais
Luiza Erundina	PSOL	80	Solteira	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Luizianne Lins	PT	46	Solteira	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais
Magda Mofatto	PR	66	Viúva	Fundamental Inc.	Econômico
Mara Gabrilli	PSDB	47	Solteira	Superior	Econômico
Margarida Salomão	PT	64	Solteira	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Maria do Rosário	PT	48	Divorciada	Pós Graduação	Sindical e/ou Mov. Sociais
Maria Helena	MDB	65	Casada	Superior	Econômico
Mariana Carvalho	PSDB	28	Solteira	Superior	Familiar
Marinha Raupp	MDB	54	Casada	Superior	Familiar
Norma Ayub	DEM	57	Casada	Superior	Familiar
Profa Dorinha	DEM	50	Casada	Pós Graduação	Próprio Campo
Profa Marcivania	PCdoB	41	Casada	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais
Raquel Muniz	PSD	51	Casada	Superior	Familiar
Rejane Dias	PT	42	Casada	Superior	Familiar
Renata Abreu	PODE	32	Casada	Superior	Familiar
Rosangela Gomes	PRB	48	Solteira	Pós Graduação	Próprio Campo/Religioso

Shéridan	PSDB	30	Casada	Superior	Familiar
Simone Morgado	MDB	47	Divorciada	Superior	Econômico
Soraya Santos	PR	56	Casada	Superior	Familiar
Tereza Cristina	DEM	60	Casada	Superior	Econômico
Tia Eron	PRB	42	Viúva	Superior	Sindical e/ou Mov. Sociais/ Religioso
Yeda Crusius	PSDB	72	Divorciada	Pós Graduação	Próprio Campo
Zenaide Maia	PHS	60	Casada	Superior	Familiar

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados (CD), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e SHUMAHHER e CEVA (2015).

*Como foi considerado o estado civil declarado ao TSE na candidatura, pode haver alteração em alguns casos (Maria do Rosário por exemplo, possui união estável, Ana Perugini não está mais casada).

**Identificação realizada pela autora considerando as definições de Miguel, Marques e Machado (2015).

Concordando com Miguel, Marques e Machado (2015) que o peso do capital familiar irá diferir de acordo com a trajetória de cada um, temos uma variedade de exemplos a partir das deputadas analisadas. A partir da tabela 02, os tipos de capital político predominantes entre as deputadas são: Familiar (20), Sindical e/ou Movimentos Sociais (14), Econômico (10), Próprio Campo (5), Midiático (1), Próprio Campo/Religioso (2), Sindical e/ou Movimentos Sociais/Religioso (1), e Familiar/Midiático (1).

Torna-se interessante utilizar algumas deputadas como exemplo para observar características dos tipos de capital político classificados. A deputada Brunny (PR) é uma estilista e apresentadora, que embora tenha se tornado conhecida principalmente via televisão ingressou na política a partir do ex-governador Hélio Gomes. A deputada Tia Eron (PRB), ingressou na política em ações sociais locais em bairros de Salvador e em ações da Igreja Universal, lugar que segundo ela recebeu o apelido carinhoso de ‘tia’. A deputada Rosângela Gomes (PRB) engajada em projetos para jovens, adentrou na política municipal e foi calcando novos cargos com grande apoio de líderes evangélicos, da mesma forma que a deputada Eliziane Gama (PPS), que ocupou outros cargos político além de contar com o apoio do seu pai como pastor. Já a deputada Conceição Sampaio (PSDB) vem de caminhos midiáticos de rádio e televisão, principal meio que ficou conhecida até ocupar cargo político próprio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; DIAP, 2018).

Entre as deputadas que predominam o capital político próprio do campo, a deputada economista Yeda Crusius (PSDB) é um ótimo exemplo. Ela ocupou a pasta de planejamento no governo de Itamar Franco, assumindo posteriormente outros cargos políticos valendo-se do próprio campo político (DIAP, 2018; SHUMAHHER e CEVA, 2015).

Em relação ao capital econômico tanto há deputadas proprietárias ou ligadas a grupos econômicos, quanto também há deputadas com parentes empresários que refletem em números nas doações de campanhas. A deputada Leandre (PV) atuou como secretária de saúde municipal, fundou casa de saúde e seu marido é empresário, maior parte do recurso de sua campanha veio de pessoas jurídicas. A deputada Mara Gabrilli (PSDB) também tem maior parte dos recursos de campanha de pessoas jurídicas e seu pai é empresário, sua atuação pauta-se principalmente em programas de defesa de direitos da pessoas com deficiência, transformando sua mobilidade restrita após acidente em movimento de luta política. Magda Moffato (PR) é empresária e mais da metade dos recursos de campanha é declarado como próprio em complemento com pessoas jurídicas. Ou ainda caso como o da empresária deputada Dâmina Pereira (PODE), esposa de ex-prefeito e declarou praticamente todo recurso de campanha como próprio (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; DIAP, 2018).

Dentro do segundo maior tipo de capital político, o capital Sindical e/ou Movimentos Sociais, algumas figuras se destacam. A deputada Jô Moraes (PCdoB) iniciou sua militância na política no movimento estudantil e em diretório acadêmico, foi presa duas vezes na ditadura militar e iniciou muito cedo no ativismo junto ao movimento de mulheres. Luiza Erundina (PSOL) também possui longa trajetória, passando por diretorias, secretarias de prefeituras, assistência social e lideranças sindicais, ocupou também diversos cargos políticos, sendo inclusive prefeita de São Paulo, e representa muitas feministas dialogando com as agendas políticas. Já a deputada Alice Portugal (PCdoB) apesar de ter parente político, pois seu pai foi vereador, sua militância social e sindical foi o que à levou a carreira política, inclusive impulsionou o marido Vicente Neto em cargos públicos. E Ana Perugini (PCdoB), que utilizou a Justiça para manter o sobrenome do ex-marido e prefeito Angelo Perugini, também iniciou sua carreira na política nos movimentos sociais quando foi convidada a se candidatar como vereadora e a partir daí só desenvolveu noutros cargos políticos. Ao lado do marido João Capiberibe, a deputada Janete Capiberibe (PSB), que já havia iniciado sua militância em movimentos de resistência ao regime militar em ações de guerrilha, foi perseguida e presa. Passaram juntos por diversos países na situação de exilados e retornando ao Brasil com a abertura política. Ela iniciou como vereadora, foi deputada estadual, ocupou cargos públicos e sua popularidade a levou ao cargo de deputada federal, que ocupa desde 2006 (DIAP, 2018; SHUMAHER e CEVA, 2015).

Contudo, o capital político mais predominante entre as deputadas é o familiar. Evidenciando que o vínculo com parentes políticos ainda é substancialmente importante, servindo como porta de entrada para as mulheres na política. No entanto, é necessário pensar

com as diversas acadêmicas feministas e também considerar que este meio de adentrar na política reproduz a desigualdade de gênero ao passo que se subentende a necessidade de um forte sobrenome para garantir o cargo. Não obstante, o sobrenome não está ligado apenas à garantia do cargo político, embora estejamos atribuindo a referência às mulheres que já ocupam o cargo de deputadas federais, as representações iniciais mais comuns da mulher na política eram via sobrenome numa posição escamoteada pela figura masculina, do cônjuge geralmente.

O desenvolvimento das representações femininas deu-se principalmente no papel como primeira-dama, algo que não a retira da vida privada, pois suas atribuições e competências continuam segregadas das atividades masculinas e ainda as inclui na vida pública. A nível de exemplo a primeira-dama brasileira considerada mais atuante em ações sociais, a partir do sucesso político do marido, foi a representação de Darcy Vargas. Se por um lado ela foi protagonista na política com suas atitudes e comportamento inovador para época sendo exemplo seguido por tantas outras primeiras-damas posteriores a ela. Por outro lado se perpetuou um tipo ideal que mais limitou a atuação representativa das mulheres do que fez avançar a representação delas como participantes da política. A questão social, por exemplo, é até os dias de hoje associada de forma estereotipada às mulheres, como o ápice de se delegar apenas atribuições de área específica reforçando erroneamente uma predestinação “natural” das mulheres a ser figura coadjuvante do marido político.

Ainda pensando no conceito de campo político de Bourdieu (2011, p. 197), “como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos”, se consolida uma exclusão que afeta principalmente as mulheres. Como fora abordado pelo próprio Bourdieu (2011, p. 196) no caso do tempo livre, em que “a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz”.

Não deixemos de destacar que 14 deputadas construiu sua vida pública principalmente via movimentos sociais e atividades sindicais, sendo o segundo tipo de capital político mais predominante. Por isso, diante essa expressiva estatística, assim como Rodrigues (2009) apontou, tal representatividade é atribuída ao nosso sistema partidário, mesmo que ainda haja uma avaliação negativa do seu funcionamento. O que podemos ainda relacionar alguns partidos como principais representantes dessas estatísticas. Dentre as quatorze deputadas que têm a predominância do capital político sindical e/ou movimentos sociais, seis delas são do PT, cinco delas são do PCdoB, uma do PSOL, uma do PSB e uma do PR. Indicando ainda que

todas as deputadas eleitas pelo PCdoB, praticamente todas do PT, com exceção de Rejane Dias (familiar), e a única eleita pelo PSOL, são de movimentos sindicais e/ou sociais.

Nesse contexto de condições de acesso ao jogo político, o capital familiar é um recurso amplamente presente na política. É essa existência de parentes próximos em cargos de lideranças políticas que fornece bases necessárias para conhecimento do campo, pois o dotado desse conhecimento faz uma rede de contatos com os pares políticos que por sua vez acabam favorecendo sua carreira política e nesse sentido o capital familiar ainda representa a porta de entrada de muitas mulheres na política. Por outro lado, o capital sindical e/ou movimentos sociais exprime um cenário de mulheres engajadas na política antes mesmo de ocuparem cargos políticos, elevando o conceito de representatividade e pondo em cheque todo um esteriótipo que as mulheres não estão para política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competição como método e vantagem de um sistema democrático, se comparado a outros métodos políticos, pode ampliar a diversidade das minorias e assim influenciar decisões políticas bem como tender a redução das desigualdades. A igualdade política definida como igualdade de controle político ou de poder ainda não garante a igualdade de oportunidades. Tratando-se a igualdade de gênero, a conquista do voto foi ponto central de grupos de mulheres, pois representou o reconhecimento que homens e mulheres possuíam condições iguais na vida coletiva e interesses próprios. Entretanto, sabe-se que a obtenção do sufrágio feminino não foi suficiente para quebrar décadas de uma elite política formada basicamente por homens. Sendo a realidade na maioria dos países do mundo, a baixa representatividade das mulheres nas esferas de poder político é fenômeno também existente no Brasil.

Nessa perspectiva o objetivo desse trabalho foi analisar a representação política das mulheres na democracia brasileira a partir do perfil das deputadas federais da 55ª Legislatura. Para tanto, o panorama teórico partiu da temática democrática na sua forma representativa que sustenta dentre elas, a desigualdade de gênero. Consequentemente considerou-se a divisão sexual do trabalho como engrenagem desse fenômeno de baixa representação de mulheres na esfera política. Também apresentou-se o sistema eleitoral brasileiro, suas regras formais e incentivos fornecidos à busca da igualdade de gênero na política. Com isso, o agrupamento de dados do Tribunal Superior Eleitoral, da Câmara dos Deputados e do DIAP com as informações das deputadas federais que compõe a 55ª legislatura obteve-se um perfil dessas representantes.

Levando em consideração o período de redemocratização brasileira atrelado a tardia conquista de direitos às mulheres, a substancialidade da representação legislativa expressa não somente necessidade pela igualdade de gênero na política, mas também de qualidade democrática. Dado o sistema de Representação Proporcional de lista aberta em conjunto com políticas de ação afirmativa, como a cota de gênero, a perspectiva e igualdade na política ainda se apresenta pouco evoluída. Se por um lado as instituições políticas indicam que seu fortalecimento gera democracia de qualidade com igualdade, por outro lado os dados mostram o quão longe ainda estamos de consolidar tais objetivos representativos democráticos.

A organização de grupos e bancadas de interesse também contribui em pressionar as instituições na superação de obstáculos presente na política, porém a luta de diferentes interesses não garante resultados satisfatórios para todos. A própria bancada feminina não

garante que todas as deputadas contribuam com os avanços de uma agenda feminista, o que também não garante que o aumento de mulheres no parlamento combinem a ‘política da presença’ com a ‘política das ideias’ mencionada por Phillips (2001).

Com a análise descritiva dos dados apresentou-se o perfil das cinquenta e quatro deputadas federais (50 eleitas e 4 suplências efetivadas) que compuseram a 55ª Legislatura, iniciada em 2015 e encerrada em 2019. Elas formam um perfil já previsto em estudos anteriores sobre a Câmara dos Deputados, pois as deputadas analisadas são: 81% mulheres brancas, 13% mulheres pardas e 6% de mulheres pretas; 61% possui ensino superior completo e 26% pós-graduação; a média de idade está no intervalo de 47 a 57 anos; e quase 56% delas são casadas. As profissões mais presentes entre as deputadas são do grupo ‘profissionais liberais’ (advogada e médica), ‘empresarial’ e ‘assalariados’ (professora).

Ainda em concordância com a literatura elas não seguem um padrão regional e a cada eleição há variação na quantidade de eleitas por região. As deputadas da referida Legislatura se distribuem em dezenove partidos, em sua maioria estão: no PT e PSDB que juntos somam 26%, seguido de 11% no MDB, 9% no PCdoB e 9% no PR. A atividade sindical está presente em 26% delas, que são em geral do PT e PCdoB.

Outro aspecto importante é o da reeleição, em que 54% delas não estavam tentando reeleição ao cargo e nisso mais da metade delas estava no seu primeiro mandato como deputada federal, sem falar que 22 deputadas não pertenceram a nenhum um cargo político anterior. A presença delas em bancadas partidárias também é influenciado pela experiência na Casa e demonstra desigualdade hierárquica nos partidos, embora 35% das deputadas façam parte de bancadas partidárias, nenhuma mulher ocupa posição de liderança. Além disso, constatou-se que 69% das deputadas possuem parentes na política, mas como isso não determina unicamente a razão para seu ingresso se classificou alguns tipos de capital político predominante sendo eles: Familiar, Sindical e/ou Movimentos Sociais, Econômico e Próprio do Campo.

Nesse sentido é importante reforçar que a existência das cotas é primordial para fomentar a entrada de mulheres na política, mas não é suficiente para sanar o problema da desigualdade de gênero na política. Elas precisam estar na tomada de decisões, ocupar cargos hierárquicos mais elevados, e isso está também atrelado ao interesse dos partidos políticos com o necessário equilíbrio de presença e ideias que podem assim traduzir uma representação feminina a fim de conquistar uma unicidade que lute pelos direitos políticos.

Obviamente que a presença ou aumento de mulheres não implicam necessariamente na erradicação da desigualdade de gênero. O preocupante exemplo disso está nos resultados

eleitorais de 2018 que fez subir para 15% a participação de mulheres na CD e entretanto, são mulheres que em sua maioria se elegeram sem sequer apontar compromisso com as pautas demandadas pelas últimas agendas femininas, que dirá contribuir para alargar direitos políticos e civis. As perspectivas são até regressivas, uma vez que o partido impulsionador do aumento do número de mulheres nas últimas eleições gerais (2018), foi acusado do uso de candidatas laranjas e projetada na fala do presidente do partido²⁶ o estereótipo que mulher não tem vocação para política. Em poucos dias de governo já se prevê retrocessos inestimáveis para categoria, uma vez que, todos os avanços políticos e civis para as mulheres foram conquistados paulatinamente.

Em suma, o cenário apresentado sugerem um avanço gradual a partir da entrada de mulheres na política e também evidencia nas estatísticas os fatores pontuais a serem superados, principalmente por meio de mudanças institucionais. No entanto, o fortalecimento de ações e estruturas que aprofundam a desigualdade de gênero vai na contramão de qualquer perspectiva de igualdade via aumento da representação feminina.

²⁶ Ver entrevista com o presidente do PSL Luciano Bivar em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl.shtml>.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Z. G. de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – **Revista da Universidade dos Açores**. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380> Acesso em: 08 de maio 2018.
- ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. A presença de mulheres no Legislativo no mundo em 2018. In: **Nexo Jornal**, novembro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/11/09/A-presen%C3%A7a-de-mulheres-no-Legislativo-no-mundo-em-2018> Acesso em: 09 de nov. 2018.
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema Eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. In: **Revista de Ciências Sociais DADOS**, v. 50, n. 3, p. 535-577. Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO, C.; GARCIA, I. Latin America: The Experience and the Impact of Quotas in Latin America. In: D. Dahlerup (ed.), **Women, Quotas and Politics**. London: Routledge, 2006.
- ARAÚJO, C. As cotas por sexo para competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. In: **Revista Dados**, v. 44, n 1, Rio de Janeiro, 2001.
- ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e cultura. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.2, p. 23-59. Brasília, junho-dezembro, 2009.
- AVELAR, L. Mulher, gênero e política. In: AVELAR, L. CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BARREIRA, I. Lideranças femininas no Congresso Nacional: Performances, valores e Habitus. **Anais...XXX Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu, Minas Gerais, 2006.
- BATISTA, Y. D. C. O que esperar da democracia? Uma revisita à teoria democrática. In. Contemporânea – **Revista de Ética e Filosofia Política**, Caruaru, v. 4, n. 1, p. 20-42, jan./jun. 2018.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. Versão Kindle. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: dominações cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: **Revista Mediações**, v.20, n.2, p. 27-55, 2015.

BLAY, E. A. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, E.A; AVELAR, L. (Org.) **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? In: **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v.1, n.2, p. 113-129, 2012.

BOURDIEU, P. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRASIL. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 out. 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, 1 out. 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça seus deputados**. 55ª Legislatura. Brasília 2018.

CAMPOS, B. L; TOLLEDO, L. N. Poder e igualdade de gênero: Políticas de cotas para mulheres nos países da América Latina. In: **Revista Mosaico**, v. 7, n. 11, 2016.

CINTRA, A. O.; LEMOS, L. B.; LACOMBE, M. B.; AMARAL, A. R. V. P. O poder do Legislativo na Nova República: a visão da Ciência Política. In.: AVELAR, L. CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CEPAL. **Observatório de igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**. Nações Unidas: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/politicas-justas> Acesso em: 01 jan. 2019.

DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DAHLERUP, D. The story of the theory of critical mass. In: **Politics & Gender**, v.2, ed. 4, p 511-522. Cambridge University Press, 2006.

DAHLERUP, D.; FREIDENVALL, L. **Electoral gender quota systems and their implementation in Europe**. WIP, Women in Politics Research Centre, Department of Political Science, Stockholm University in cooperation with International IDEA, 2008.

DESPOSATO, S. Estratégia eleitoral com Representação Proporcional de Lista aberta e distritos uninominais: subeleitorado e comunicação política. Tradução: Mariana Escosteguy Cardoso. In: INÁCIO, M; RENNÓ, L. (Orgs.) **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília: Estudos Políticos do DIAP, 2014.

DIAP. Sistema de Informação do Legislativo. **Dados dos parlamentares**. Disponível em: http://www.diap.org.br/sileg/parlamentares/index.php?p_idlegislatura=55 Acesso em: 05 dez. de 2018.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FUNARI, P.P. **Grécia e Roma**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HTUN, M. A política de cotas na américa latina. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 9, segundo semestre 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100013> Acesso em: 01 de abr. 2018.

HTUN, M.; JONES, M. Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. In N. Craske e M. Molyneux (eds.), **Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America**. New York: Palgrave, 2002.

HUNT, M.; POWER, T. J. Gender, Parties, and Support for Equal Rights in the Brazilian Congress. In: **Latin American Politics and Society**, v. 48, 4, p. 83-104, dezembro, 2006.

IDEA, International Institute for Democracy and Electoral Assistance. **Atlas of Electoral Gender Quotas**. (2013) Disponível em: archive.ipu.org/pdf/publications/atlas-en.pdf Acesso em: 11 de jun. 2018.

IPU, Inter-Parliamentary Union. **Women in National Parliaments**. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm> acesso em 10 de jun. 2018.

KARAWEJCZYK, M. As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 398 f. **Tese** (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

MIGUEL, L. F. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014b.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 3, p. 721- 747, 2015.

NICOLAU, J. **Sistemas Eleitorais**. 5ª. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

NICOLAU, J. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2017.

NORRIS, P. **Electoral Engineering: voting rules and political behavior.** Cambridge. Cambridge University Press, 2003.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em: 10 de jun. 2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher.** Pequim, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf Acesso em 10 jun. 2018.

PATEMAN, C. Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 89, 2010, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 01 Outubro 2016. Disponível em: <http://rccs.revues.org/3666>

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual.** Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, C. The Rights of Man and Early Feminism. In: **Swiss Yearbook of Political Science**, p. 19-31, 1994.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. In: **Revista Opinião Pública**, v. 18, n. 1, Campinas, 2012.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? Tradução de Luís Felipe Miguel. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2º semestre de 2001.

PINTO, C. R. J. Mulher e Política no Brasil: Os Impasses do Feminismo enquanto Movimento Social, face às Regras do Jogo da Democracia Representativa. In: **Revista Estudos Feministas**, número especial, pp. 256-270, 1994.

PITKIN, H. F. Representação: palavras, instituições e idéias. In.: **Revista Lua Nova**, São Paulo, 67: 15-47, 2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2017. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/composite/GII> Acesso em: 11 fev. de 2019.

REIS, C. O. S. dos. **Representação Política no Brasil:** Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986 – 2011). São Carlos: UFSCar, 2010.

REZENDE, D. L. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n.3, p. 1199-1218, setembro-dezembro, 2017.

ROCHA, C. M. A bancada feminina representa os interesses das mulheres? Uma análise legislativa em prol das mulheres na Câmara dos Deputados (1995-2014). In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 9, **Anais...**Montevideu, 2017.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social**: Um estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados . Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Coleção obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SANTOS, W. G. dos. **Governabilidade e democracia natural**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHMIDT, G. **Is Closed-List PR Really Optimal for the Election of Women?: A Cross-National Analysis**. Departamento de Ciência Política, Northern Illinois University (mimeo), 2006.

SCHUMACHER, S.; CEVA, A. **Mulheres no poder: Trajetória na Política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2014**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/eleicoes-2014> Acesso em: 29 de jan. de 2018.

WOLLSTONECRAFT, M. **A Vindication of the Rights of Woman**. Wisehouse Classics, Sweden, 2016. Disponível em: www.wisehouse-classics.com. Acesso em: 17 jan. 2018.

YOUNG, I. M. Representação Política, Identidade e Minorias. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

ANEXO A – RANKING DE CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL

WORLD CLASSIFICATION									
Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	03.09.2018	80	49	61.3%	26.09.2011	26	10	38.5%
2	Cuba	11.03.2018	605	322	53.2%	---	---	---	---
3	Bolivia	12.10.2014	130	69	53.1%	12.10.2014	36	17	47.2%
4	Mexico	01.07.2018	500	241	48.2%	01.07.2018	128	63	49.2%
5	Grenada	13.03.2018	15	7	46.7%	27.04.2018	13	4	30.8%
6	Namibia	29.11.2014	104	48	46.2%	08.12.2015	42	10	23.8%
7	Sweden	09.09.2018	349	161	46.1%	---	---	---	---
8	Nicaragua	06.11.2016	92	42	45.7%	---	---	---	---
9	Costa Rica	04.02.2018	57	26	45.6%	---	---	---	---
10	South Africa ¹	07.05.2014	393	168	42.7%	21.05.2014	54	19	35.2%
11	Finland	19.04.2015	200	84	42.0%	---	---	---	---
12	Senegal	30.07.2017	165	69	41.8%	---	---	---	---
13	Norway	11.09.2017	169	70	41.4%	---	---	---	---
14	France	11.06.2017	576	228	39.6%	24.09.2017	348	102	29.3%
"	Mozambique	15.10.2014	250	99	39.6%	---	---	---	---
16	Spain	26.06.2016	350	137	39.1%	26.06.2016	266	101	38.0%
17	Argentina	22.10.2017	257	100	38.9%	22.10.2017	72	30	41.7%
18	Ethiopia	24.05.2015	547	212	38.8%	05.10.2015	153	49	32.0%
19	New Zealand	23.09.2017	120	46	38.3%	---	---	---	---
"	The F.Y.R. of Macedonia	11.12.2016	120	46	38.3%	---	---	---	---
21	Iceland	28.10.2017	63	24	38.1%	---	---	---	---
22	Belgium	25.05.2014	150	57	38.0%	03.07.2014	60	30	50.0%
"	Ecuador	19.02.2017	137	52	38.0%	---	---	---	---
24	Denmark	18.06.2015	179	67	37.4%	---	---	---	---
25	United Republic of Tanzania	25.10.2015	390	145	37.2%	---	---	---	---
26	Burundi	29.06.2015	121	44	36.4%	24.07.2015	39	18	46.2%
27	Netherlands	15.03.2017	150	54	36.0%	26.05.2015	75	26	34.7%
28	Italy	04.03.2018	630	225	35.7%	04.03.2018	320	113	35.3%
29	Portugal	04.10.2015	230	80	34.8%	---	---	---	---
30	Belarus	11.09.2016	110	38	34.5%	30.08.2012	56	17	30.4%
31	Austria	15.10.2017	183	63	34.4%	N.A.	61	22	36.1%
"	Serbia	24.04.2016	250	86	34.4%	---	---	---	---
33	Uganda	18.02.2016	449	154	34.3%	---	---	---	---
34	Timor-Leste	12.05.2018	65	22	33.8%	---	---	---	---
35	Monaco	14.02.2018	24	8	33.3%	---	---	---	---
36	Nepal	26.11.2017	275	90	32.7%	07.02.2018	59	22	37.3%
37	Switzerland	18.10.2015	200	65	32.5%	23.10.2011	46	7	15.2%
38	United Kingdom	08.06.2017	650	209	32.2%	N.A.	791	208	26.3%
39	Andorra	01.03.2015	28	9	32.1%	---	---	---	---

40	Guyana	11.05.2015	69	22	31.9%	---	---	---	---
41	Zimbabwe	30.07.2018	270	85	31.5%	30.07.2018	80	35	43.8%
42	Tunisia	26.10.2014	217	68	31.3%	---	---	---	---
43	Cameroon	30.09.2013	180	56	31.1%	25.03.2018	100	26	26.0%
44	El Salvador	04.03.2018	84	26	31.0%	---	---	---	---
"	Latvia	06.10.2018	100	31	31.0%	---	---	---	---
"	Trinidad and Tobago	07.09.2015	42	13	31.0%	23.09.2015	31	9	29.0%
47	Germany	24.09.2017	709	218	30.7%	N.A.	69	27	39.1%
48	Angola	23.08.2017	220	67	30.5%	---	---	---	---
"	Sudan	13.04.2015	426	130	30.5%	01.06.2015	54	19	35.2%
50	Philippines	09.05.2016	292	86	29.5%	09.05.2016	24	6	25.0%
51	Australia	02.07.2016	150	43	28.7%	02.07.2016	76	31	40.8%
52	South Sudan	04.08.2016	383	109	28.5%	05.08.2011	50	6	12.0%
53	Poland	25.10.2015	460	129	28.0%	25.10.2015	100	14	14.0%
54	Albania	25.06.2017	140	39	27.9%	---	---	---	---
55	Peru	10.04.2016	130	36	27.7%	---	---	---	---
56	Israel	17.03.2015	120	33	27.5%	---	---	---	---
"	Lao People's Democratic Republic	20.03.2016	149	41	27.5%	---	---	---	---
58	Kazakhstan	20.03.2016	107	29	27.1%	28.06.2017	47	5	10.6%
59	Canada	19.10.2015	334	90	26.9%	N.A.	105	49	46.7%
60	Dominican Republic	15.05.2016	190	51	26.8%	15.05.2016	32	3	9.4%
61	Estonia	01.03.2015	101	27	26.7%	---	---	---	---
"	San Marino	20.11.2016	60	16	26.7%	---	---	---	---
"	Viet Nam	22.05.2016	494	132	26.7%	---	---	---	---
64	Djibouti	23.02.2018	65	17	26.2%	---	---	---	---
65	Algeria	04.05.2017	462	119	25.8%	29.12.2015	143	10	7.0%
66	Suriname	24.05.2015	51	13	25.5%	---	---	---	---
67	Iraq	12.05.2018	329	83	25.2%	---	---	---	---
68	Dominica	08.12.2014	32	8	25.0%	---	---	---	---
69	China	05.03.2018	2980	742	24.9%	---	---	---	---
70	Turkmenistan	25.03.2018	125	31	24.8%	---	---	---	---
71	Slovenia	03.06.2018	90	22	24.4%	22.11.2017	40	4	10.0%
"	Somalia	23.10.2016	275	67	24.4%	23.10.2016	54	13	24.1%
73	Bulgaria	26.03.2017	240	57	23.8%	---	---	---	---
74	Cabo Verde	20.03.2016	72	17	23.6%	---	---	---	---
75	Montenegro	16.10.2016	81	19	23.5%	---	---	---	---
"	United States of America	06.11.2018	434	102	23.5%	06.11.2018	100	24	24.0%
77	Singapore	11.09.2015	100	23	23.0%	---	---	---	---
78	Republic of Moldova	30.11.2014	101	23	22.8%	---	---	---	---
79	Chile	19.11.2017	155	35	22.6%	19.11.2017	43	10	23.3%
80	United Arab Emirates	03.10.2015	40	9	22.5%	---	---	---	---
81	Ireland	26.02.2016	158	35	22.2%	25.04.2016	60	18	30.0%
"	Venezuela (Bolivarian Republic of)	06.12.2015	167	37	22.2%	---	---	---	---

83	Lesotho	03.06.2017	122	27	22.1%	11.07.2017	32	8	25.0%
84	Czech Republic	20.10.2017	200	44	22.0%	05.10.2018	81	13	16.0%
"	Eritrea	01.02.1994	150	33	22.0%	---	---	---	---
86	Guinea	28.09.2013	114	25	21.9%	---	---	---	---
87	Kenya	08.07.2017	349	76	21.8%	08.07.2017	68	21	30.9%
88	Bosnia and Herzegovina	07.10.2018	42	9	21.4%	29.01.2015	15	2	13.3%
89	Lithuania	09.10.2016	141	30	21.3%	---	---	---	---
90	Seychelles	08.09.2016	33	7	21.2%	---	---	---	---
91	Honduras	26.11.2017	128	27	21.1%	---	---	---	---
92	Romania	11.12.2016	329	68	20.7%	11.12.2016	136	19	14.0%
93	Morocco	07.10.2016	395	81	20.5%	02.10.2015	120	14	11.7%
94	Bangladesh	05.01.2014	350	71	20.3%	---	---	---	---
"	Mauritania	01.09.2018	153	31	20.3%	---	---	---	---
96	Pakistan	25.08.2018	341	69	20.2%	03.03.2018	104	20	19.2%
"	Uruguay	26.10.2014	99	20	20.2%	26.10.2014	31	9	29.0%
98	Barbados	24.05.2018	30	6	20.0%	05.06.2018	21	8	38.1%
"	Cambodia	29.07.2018	125	25	20.0%	25.02.2018	62	11	17.7%
"	Equatorial Guinea	12.11.2017	100	20	20.0%	12.11.2017	72	11	15.3%
"	Luxembourg	14.10.2018	60	12	20.0%	---	---	---	---
"	Slovakia	05.03.2016	150	30	20.0%	---	---	---	---
103	Saudi Arabia	02.12.2016	151	30	19.9%	---	---	---	---
104	Indonesia	09.04.2014	560	111	19.8%	---	---	---	---
105	Fiji	14.11.2018	51	10	19.6%	---	---	---	---
106	Kyrgyzstan	04.10.2015	120	23	19.2%	---	---	---	---
"	Madagascar	20.12.2013	151	29	19.2%	29.12.2015	63	13	20.6%
108	Tajikistan	01.03.2015	63	12	19.0%	27.03.2015	32	7	21.9%
109	Greece	20.09.2015	300	56	18.7%	---	---	---	---
110	Croatia	11.09.2016	151	28	18.5%	---	---	---	---
111	Panama	04.05.2014	71	13	18.3%	---	---	---	---
112	Armenia	02.04.2017	105	19	18.1%	---	---	---	---
"	Colombia	11.03.2018	171	31	18.1%	11.03.2018	108	22	20.4%
114	Zambia	11.08.2016	167	30	18.0%	---	---	---	---
115	Cyprus	22.05.2016	56	10	17.9%	---	---	---	---
116	Togo	25.07.2013	91	16	17.6%	---	---	---	---
117	Jamaica	22.02.2016	63	11	17.5%	10.03.2016	21	5	23.8%
118	Turkey	24.06.2018	596	104	17.4%	---	---	---	---
119	Mongolia	29.06.2016	76	13	17.1%	---	---	---	---
120	Niger	21.02.2016	171	29	17.0%	---	---	---	---
"	Republic of Korea	13.04.2016	300	51	17.0%	---	---	---	---
122	Azerbaijan	01.11.2015	125	21	16.8%	---	---	---	---
123	Malawi	20.05.2014	192	32	16.7%	---	---	---	---
"	Saint Lucia	06.06.2016	18	3	16.7%	05.01.2012	11	3	27.3%
125	Democratic People's Republic of Korea	09.03.2014	687	112	16.3%	---	---	---	---

126	Georgia	08.10.2016	150	24	16.0%	---	---	---	---
"	Libya	25.06.2014	188	30	16.0%	---	---	---	---
"	Uzbekistan	21.12.2014	150	24	16.0%	13.01.2015	100	17	17.0%
129	Russian Federation	18.09.2016	450	71	15.8%	N.A.	170	29	17.1%
130	Jordan	20.09.2016	130	20	15.4%	27.09.2016	65	10	15.4%
131	Chad	13.02.2011	177	27	15.3%	---	---	---	---
132	Bahrain	22.11.2014	40	6	15.0%	07.12.2014	40	9	22.5%
"	Brazil	07.10.2018	513	77	15.0%	07.10.2018	81	12	14.8%
"	Paraguay	22.04.2018	80	12	15.0%	22.04.2018	45	8	17.8%
135	Bhutan	18.10.2018	47	7	14.9%	20.04.2018	25	4	16.0%
"	Egypt	17.10.2015	596	89	14.9%	---	---	---	---
137	Sao Tome and Principe	07.10.2018	55	8	14.5%	---	---	---	---
138	Malaysia	09.05.2018	223	31	13.9%	N.A.	68	15	22.1%
139	Guinea-Bissau	13.04.2014	102	14	13.7%	---	---	---	---
140	Saint Kitts and Nevis	16.02.2015	15	2	13.3%	---	---	---	---
141	Syrian Arab Republic	13.04.2016	250	33	13.2%	---	---	---	---
142	Saint Vincent and the Grenadines	09.12.2015	23	3	13.0%	---	---	---	---
143	Bahamas	24.05.2017	39	5	12.8%	24.05.2017	16	7	43.8%
144	Ghana	07.12.2016	275	35	12.7%	---	---	---	---
"	Guatemala	06.09.2015	158	20	12.7%	---	---	---	---
146	Hungary	08.04.2018	199	25	12.6%	---	---	---	---
147	Palau	01.11.2016	16	2	12.5%	01.11.2016	13	2	15.4%
148	Liberia	10.10.2017	73	9	12.3%	20.12.2014	30	3	10.0%
"	Sierra Leone	07.03.2018	146	18	12.3%	---	---	---	---
"	Ukraine	26.10.2014	423	52	12.3%	---	---	---	---
151	Liechtenstein	05.02.2017	25	3	12.0%	---	---	---	---
152	Malta	03.06.2017	67	8	11.9%	---	---	---	---
153	India	07.04.2014	542	64	11.8%	16.01.2018	237	27	11.4%
154	Mauritius	10.12.2014	69	8	11.6%	---	---	---	---
155	Congo	16.07.2017	151	17	11.3%	31.08.2017	71	14	19.7%
156	Antigua and Barbuda	21.03.2018	18	2	11.1%	26.03.2018	17	9	52.9%
157	Burkina Faso	29.11.2015	127	14	11.0%	---	---	---	---
158	Cote d'Ivoire	18.12.2016	255	27	10.6%	25.03.2018	66	8	12.1%
159	Nauru	09.07.2016	19	2	10.5%	---	---	---	---
160	Gambia	06.04.2017	58	6	10.3%	---	---	---	---
161	Myanmar	08.11.2015	433	44	10.2%	08.11.2015	221	23	10.4%
162	Japan	22.10.2017	465	47	10.1%	10.07.2016	242	50	20.7%
163	Samoa	04.03.2016	50	5	10.0%	---	---	---	---
164	Qatar	01.07.2013	41	4	9.8%	---	---	---	---
165	Botswana	24.10.2014	63	6	9.5%	---	---	---	---
166	Belize	04.11.2015	32	3	9.4%	13.11.2015	13	2	15.4%
167	Brunei Darussalam	13.01.2017	33	3	9.1%	---	---	---	---
"	Marshall Islands	16.11.2015	33	3	9.1%	---	---	---	---

169	Democratic Republic of the Congo	28.11.2011	492	44	8.9%	19.01.2007	108	5	4.6%
170	Mali	24.11.2013	147	13	8.8%	---	---	---	---
171	Central African Republic	14.02.2016	140	12	8.6%	---	---	---	---
172	Tonga	16.11.2017	27	2	7.4%	---	---	---	---
173	Benin	26.04.2015	83	6	7.2%	---	---	---	---
"	Eswatini	21.09.2018	69	5	7.2%	23.10.2018	30	7	23.3%
175	Tuvalu	31.03.2015	15	1	6.7%	---	---	---	---
176	Kiribati	30.12.2015	46	3	6.5%	---	---	---	---
177	Comoros	25.01.2015	33	2	6.1%	---	---	---	---
178	Iran (Islamic Republic of)	26.02.2016	289	17	5.9%	---	---	---	---
"	Maldives	22.03.2014	85	5	5.9%	---	---	---	---
180	Sri Lanka	17.08.2015	225	13	5.8%	---	---	---	---
181	Nigeria	28.03.2015	360	20	5.6%	28.03.2015	108	7	6.5%
182	Thailand	07.08.2014	246	13	5.3%	---	---	---	---
183	Lebanon	06.05.2018	128	6	4.7%	---	---	---	---
184	Kuwait	26.11.2016	65	2	3.1%	---	---	---	---
185	Haiti	09.08.2015	118	3	2.5%	20.11.2016	28	1	3.6%
186	Solomon Islands	19.11.2014	49	1	2.0%	---	---	---	---
187	Oman	25.10.2015	85	1	1.2%	07.11.2015	85	14	16.5%
188	Micronesia (Federated States of)	07.03.2017	14	0	0.0%	---	---	---	---
"	Papua New Guinea	24.06.2017	106	0	0.0%	---	---	---	---
"	Vanuatu	22.01.2016	52	0	0.0%	---	---	---	---
"	Yemen	27.04.2003	275	0	0.0%	28.04.2001	111	2	1.8%
?	Afghanistan	20.10.2018	250	?	?	10.01.2015	68	18	26.5%
?	Gabon	06.10.2018	143	?	?	13.12.2014	102	18	17.6%

* Figures correspond to the number of seats currently filled in Parliament

1 - South Africa: The figures on the distribution of seats in the Upper House do not include the 36 special rotating delegates appointed on an ad hoc basis, and all percentages given are therefore calculated on the basis of the 54 permanent seats.

Fonte: IPU (2018).